



VIII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1999-2000)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 19 DE JANEIRO DE 2000

Presidente. Ex^{mo} Sr António de Almeida Santos

Secretários: Ex^{mos} Srs José Ernesto Figueira dos Reis
José de Almeida Cesário
António João Rodeia Machado
António Alves Martinho

SUMÁRIO

O Sr Presidente declarou aberta a sessão as 15 horas e 30 minutos

Deu-se conta da apresentação da proposta de lei n° 13/VIII, dos projectos de lei n° 72 a 77/VIII, do projecto de resolução n° 22/VIII e do projecto de deliberação n° 5/VIII

Procedeu-se a discussão, na generalidade, do projecto de lei n° 61/VIII — Programa especial de combate às listas de espera (PSD), que foi rejeitado. Usaram da palavra, a diverso título, os

Srs Deputados Carlos Encarnação (PSD), Vitor Moura (PS), Pedro Mota Soares (CDS-PP), João Rui de Almeida e Luisa Portugal (PS), Natalia Filipe (PCP), Nuno Freitas (PSD), Filipe Vital e João Sobral (PS), Francisco Louçã (BE), Paulo Pisco (PS), Isabel Castro (Os Verdes) e Nelson Baltazar (PS)

A Câmara aprovou ainda um parecer da Comissão de Ética relativo à retoma de mandato de um Deputado do PS e de outro do CDS-PP
O Sr Presidente encerrou a sessão 17 horas e 55 minutos

O Sr. Presidente — Srs Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão

Eram 15 horas e 30 minutos

Estavam presentes os seguintes Srs Deputados

Partido Socialista (PS)

Agostinho Moreira Gonçalves
 Alberto Bernardes Costa
 Alexandre António Alves Chaves
 Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
 António Alves Marques Júnior
 António Alves Martinho
 António de Almeida Santos
 António Fernandes da Silva Braga
 António Fernando Marques Ribeiro Reis
 António Fernando Menezes Rodrigues
 António Jorge Freire de Brito Calvete
 António José Gavino Paixão
 António Manuel Dias Baptista
 António Manuel do Carmo Saleiro
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
 Bruno Renato Sutil Moreira de Almeida
 Carlos Alberto
 Carlos Alberto Dias dos Santos
 Carlos José Gonçalves Vieira de Matos
 Carlos Manuel Luís
 Casimiro Francisco Ramos
 Cláudio Ramos Monteiro
 Dinis Manuel Prata Costa
 Eduarda Maria Castro de Sousa
 Eduardo Ribeiro Pereira
 Fernando Manuel de Jesus
 Fernando Pereira Serrasqueiro
 Filipe Mesquita Vital
 Francisco José Pereira de Assis Miranda
 Francisco José Pinto Camilo
 Francisco Xavier Pablo da Silva Torres
 Helena Maria Mesquita Ribeiro
 Isabel Maria Batalha Vigia Polaco d'Almeida
 Isabel Maria dos Santos Barata
 Jamila Bárbara Madeira e Madeira
 João Alberto Martins Sobral
 João Cardona Gomes Cravinho
 João Carlos da Costa Ferreira da Silva
 João Francisco Gomes Benavente
 João Pedro da Silva Correia
 João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira
 João Rui Gaspar de Almeida
 Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira
 Jorge Lacão Costa
 Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
 José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
 José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão
 José Alberto Rebelo dos Reis Lamego
 José Aurélio da Silva Barros Moura
 José Carlos da Cruz Lavrador
 José Carlos Pinto Basto Mota Torres
 José da Conceição Saraiva
 José de Matos Leitão
 José Ernesto Figueira dos Reis
 José Manuel de Medeiros Ferreira

José Manuel Pires Epifânio
 José Manuel Rosa do Egípto
 José Manuel Santos de Magalhães
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros
 José Rodrigues Pereira dos Penedos
 Laurentino José Monteiro Castro Dias
 Luís Miguel Gomes Miranda Teixeira
 Luís Pedro de Carvalho Martins
 Luísa Pinheiro Portugal
 Luiz Manuel Fagundes Duarte
 Mafalda Cristina Mata de Oliveira Troncho
 Manuel Alberto Barbosa de Oliveira
 Manuel Alegre de Melo Duarte
 Manuel António dos Santos
 Manuel Francisco dos Santos Valente
 Manuel Joaquim Barbosa Ribeiro
 Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia
 Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
 Maria do Carmo de Jesus Amaro Sequeira
 Maria do Céu da Cruz Vidal Lourenço
 Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
 Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa
 Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta
 Maria Isabel da Silva Pires de Lima
 Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino
 Maria José Vidal do Rosário Campos
 Maria Luísa Silva Vasconcelos
 Maria Teresa de Oliveira Ferreira Coimbra
 Miguel Bernardo Gnestal Machado Monteiro Albuquerque
 Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura
 Nelson Madeira Baltazar
 Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
 Paulo Alexandre de Carvalho Pisco
 Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira
 Rui Manuel Leal Marqueiro
 Víctor Brito de Moura
 Vítor Manuel Alves Peixoto
 Vítor Manuel Caio Roque
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

Partido Social Democrata (PSD)

Adão José Fonseca Silva
 Álvaro dos Santos Amaro
 Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto
 Ana Maria Martins Narciso
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
 António da Silva Pinto de Nazaré Pereira
 António de Carvalho Martins
 António d'Orey Capucho
 António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
 António Manuel da Cruz Silva
 António Manuel Santana Abelha
 António Paulo Martins Pereira Coelho
 Armando Manuel Dinis Vieira
 Arménio dos Santos
 Artur Ryder Torres Pereira
 Bruno Jorge Viegas Vitorino
 Carlos José das Neves Martins
 Carlos Manuel de Sousa Encarnação
 Carlos Manuel Marta Gonçalves

David Jorge Mascarenhas dos Santos
 Domingos Duarte Lima
 Eduardo Eugénio Castro de Azevedo Soares
 Eugénio Fernando Sá Cerqueira Marinho
 Feliciano José Barreiras Duarte
 Fernando Jorge Loureiro de Roboredo Seara
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
 Henrique José Monteiro Chaves
 Henrique José Praia da Rocha de Freitas
 Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves
 Hugo José Teixeira Velosa
 João Bosco Soares Mota Amaral
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá
 João José da Silva Maçãs
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
 Joaquim Martins Ferreira do Amaral
 Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa
 Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
 José António de Sousa e Silva
 José David Gomes Justino
 José de Almeida Cesário
 José Eduardo Rêgo Mendes Martins
 José Frederico de Lemos Salter Cid
 José Luis Campos Vieira de Castro
 José Manuel de Matos Correia
 José Manuel Durão Barroso
 Lucília Maria Samoreno Ferra
 Luís Cirilo Amorim de Campos Carvalho
 Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes
 Luís Manuel Machado Rodrigues
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
 Luís Pedro Machado Sampaio de Sousa Pimentel
 Manuel Alves de Oliveira
 Manuel Castro de Almeida
 Manuel Filipe Correia de Jesus
 Manuel Joaquim Barata Frexes
 Manuel Maria Moreira
 Maria do Céu Baptista Ramos
 Maria Eduarda de Almeida Azevedo
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira
 Maria Manuela Dias Ferreira Leite
 Maria Natália Guterres Viegas C da Conceição Antunes
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia
 Mário da Silva Coutinho Albuquerque
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira
 Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva
 Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas
 Nuno Miguel Marta de Oliveira da Silva Freitas
 Pedro José da Vinha Rodrigues Costa
 Rui Fernando da Silva Rio
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva
 Sérgio André da Costa Vieira

Partido Comunista Português (PCP)

António Filipe Gaião Rodrigues
 António João Rodeia Machado
 Bernardino José Torrão Soares
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas
 João António Gonçalves do Amaral
 Joaquim Manuel da Fonseca Matias
 José Honório Faria Gonçalves Novo
 Lino António Marques de Carvalho
 Maria de Fátima Caeiro Queimado Amaral

Maria Luísa Raimundo Mesquita
 Maria Natália Gomes Filipe
 Maria Odete dos Santos
 Octávio Augusto Teixeira
 Vicente José Rosado Merendas

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP)

António Herculano Gonçalves
 António José Carlos Pinho
 Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo
 Luís Pedro Mota Soares
 Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró
 Narana Sinai Coissoró
 Paulo Sacadura Cabral Portas
 Raúl Miguel de Oliveira Rosado Fernandes
 Silvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV)

Fernando Carlos Almeida Pésinho
 Isabel Maria de Almeida e Castro

Bloco de Esquerda (BE)

Francisco Anacleto Louçã
 Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

O Sr Presidente — Srs Deputados, o Sr Secretário vai proceder à leitura do expediente

O Sr Secretário (José Reis) — Sr Presidente, Srs Deputados Deram entrada na Mesa, e foram aceites, as seguintes iniciativas legislativas proposta de lei n.º 13/VIII — Altera o artigo 69.º, n.º 2, da Lei n.º 16/98, de 8 de Abril, que regula a estrutura e funcionamento do Centro de Estudos Judiciários e introduz um regime excepcional de afectação de magistrados judiciais jubilados, que baixou à 1.ª Comissão, projectos de lei n.º 72/VIII — Criação do município de Canas de Senhorim (PSD), que baixou à 4.ª Comissão, 73/VIII — Criminaliza o comércio de órgãos e tecidos humanos, bem como a propaganda e aliciamento associados à sua prática (aditando novas disposições à Lei n.º 12/93, de 22 de Abril) (PS), que baixou à 1.ª Comissão, 74/VIII — Lei dos partidos políticos (PSD), que baixou à 1.ª Comissão, 75/VIII — Iniciativa da lei por grupos de cidadãos eleitores (PSD), que baixou à 1.ª Comissão, 76/VIII — Criação do concelho de Samora Correia (PSD), que baixou à 4.ª Comissão, 77/VIII — Elevação da povoação de Vilarendelo à categoria de vila (PSD), que baixou à 4.ª Comissão, projecto de resolução n.º 22/VIII — Encerramento do serviço de obstetrícia do Hospital de Ovar (PSD), projecto de deliberação n.º 5/VIII — Adota medidas de não discriminação no acesso e circulação de cidadãos com mobilidade condicionada dentro da Assembleia da República (Os Verdes)

Em termos de expediente, é tudo, Sr Presidente

O Sr Presidente — Srs Deputados, temos a preencher a ordem do dia a discussão, em exclusivo, do projecto de lei n.º 61/VIII — Programa especial de combate às listas de espera (PSD)

O Sr. António Capucho (PSD) — Peço a palavra. Sr Presidente

O Sr Presidente — Para que efeito, Sr Deputado?

O Sr. António Capucho (PSD) — Para interpelar a Mesa. Sr Presidente

O Sr Presidente — Tem a palavra, Sr Deputado

O Sr António Capucho (PSD) — Sr Presidente, permita-me que interpele a Mesa, já que não vejo ninguém na bancada do Governo. Como presumo que este debate seja do maior interesse para todos, designadamente para o Governo, julgo que seria de pesquisar se o Executivo tenciona participar no debate, se vem a caminho ou se despreza uma oportunidade de ouro para aprofundar com esta Casa um debate sobre um tema de actualidade tão importante como este.

Vozes do PSD — Muito bem!

O Sr Presidente — Sr Deputado, a informação de que a Mesa dispõe é a de que o Governo não assistirá a este debate.

O Sr António Capucho (PSD) — Fica registado!

O Sr Manuel Moreira (PSD) — Percebe-se!

O Sr Manuel dos Santos (PS) — Peço a palavra. Sr Presidente

O Sr Presidente — Para que efeito, Sr Deputado?

O Sr Manuel dos Santos (PS) — Também para uma interpelação à Mesa, Sr Presidente

O Sr Presidente — Tem a palavra, Sr Deputado

O Sr Manuel dos Santos (PS) — Sr Presidente, pretendo comunicar à Câmara que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista foi informado pelo Governo de que este não estará presente neste debate. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista aceitou essa explicação, uma vez que constatamos que é a terceira vez que se discutem listas de espera com a mesma configuração na Assembleia da República, sendo certo, por outro lado, que o Governo tem em curso um conjunto de iniciativas sobre essa matéria que foram, aliás, publicamente anunciadas e que terão a sua consagração na altura do debate do Orçamento do Estado.

O Sr Presidente — Fica registada a sua informação. Sr Deputado

O Sr António Capucho (PSD) — Sr Presidente, peço a palavra para uma nova e brevíssima interpelação

O Sr Presidente — É preciso que seja assim, Sr Deputado!

O Sr António Capucho (PSD) — Sr Presidente, não comento as razões invocadas pelo Governo, mas comento a forma. Se o Governo informa o Partido

Socialista da sua ausência, por que é que não informa o autor do projecto de lei em debate, ou seja, o Partido Social Democrata?

Vozes do PSD — Muito bem!

O Sr Presidente — Sr Deputado, não sei explicar por que é que o Governo procedeu assim.

Para introduzir o debate, tem a palavra o Sr Deputado Carlos Encarnação

O Sr Carlos Encarnação (PSD) — Sr Presidente, Sr e Srs Deputados, Governo ausente. Já por duas vezes, de facto, e é pena que assim tenha de ser, o PSD tentou forçar a insensibilidade do Governo e propor uma solução para as listas de espera.

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador — Outras tantas vezes se deparou com a fuga às responsabilidades ou com a tentativa de diluição do tema.

Da primeira, o argumento do Governo era o de que as listas de espera constituíam uma inevitabilidade. Não valia a pena contrariá-la.

Da segunda, conscientes de que ao mesmo tempo aumentava a indignação pública, a posição oscilou entre a compreensão da iniciativa e a sua aceitação genérica ou a tentativa de a diminuir, recorrendo à ideia de um programa reduzido nos meios e na ambição com que se fingia resolver o problema.

Até hoje, as tentativas do Governo não conseguiram fazer mais do que tentar esconder a aflição e varrer para debaixo do tapete os números do descontentamento. É já uma estratégia conhecida.

O Governo desvaloriza, o Governo inventa sistemas de redução automática dos números, o Governo reconta, o Governo neles abate sem o menor pudor as pessoas que entretanto morreram ou puderam pagar uma intervenção privada, lança mão de todos os expedientes para evitar aceitar a cruel dimensão da resposta necessária.

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Uma vergonha!

O Orador — Ao mesmo tempo, o secretíssimo apoderou-se da administração da saúde como princípio a seguir. É a nova «lei da rolha»! As unidades de saúde têm medo de fornecer os dados. Constituem-nos quase em segredos de Estado. Receiam perder, talvez, a consideração e os favores do Governo. É por essas e por outras que hoje insistimos e entregamos nova iniciativa.

Contém ela uma obrigação clara e definida para o Governo. Com os dados considerados necessários e devidamente discriminados, deve o Governo apresentar à Assembleia da República um relatório anual sobre o sector da saúde. De uma vez por todas, é preciso definir e assumir responsabilidades.

Nós sabemos que para este Governo tudo vai bem e, se não vai bem, sugere-se que mais tarde ou mais cedo irá melhorar. Para os cidadãos que sofrem e esperam tudo vai cada vez pior. De que lado está a verdade? É simples de ver.

Num assomo de transparência, tido apenas no momento da saída, o ex-Director-Geral de Saúde refere um número escandaloso: 81 000 doentes em listas de espera para

cirurgias! É este o legado do Governo anterior E é talvez com a perfeita noção do seu peso que Constantino Sakellarides – assim se chamava o Director-Geral – deseja, no final do seu esmagador relatório, os maiores sucessos à nova Ministra Suprema ironia

Se alguém pode permanecer de consciência tranquila depois de conhecer este número é porque é definitivamente insensível

Porque nos recusamos a ficar de braços caídos, porque nos ofende a tentativa de fugir ao assunto, insistimos

É precisamente a crueza deste número. 81 000 doentes à espera de cirurgia, e todo o cortejo de sofrimentos que lhe está ligado que nos impõe o comportamento de não deixarmos de persistir no que consideramos um acto de elementar justiça para com as pessoas

Mas falar de tantos doentes em lista de espera pode não ser suficiente. E se formularmos, então, as questões de outro modo mais concreto? Estamos a falar de quê? De 10 anos de espera para uma operação de otorrinolaringologia? De cinco anos de espera para uma cirurgia vascular? De três anos de espera para uma intervenção em urologia ou ginecologia? De cinco anos de espera para uma cirurgia oftálmica? De cinco anos e meio de espera para uma operação de ortopedia? De quase nove anos de espera para uma cirurgia geral? Mas o que é isto?

Chegámos ao ponto de tentar mascarar o escândalo Em publicação recente, no *Jornal de Notícias* lia-se «7280 dias para uma operação às varizes. 4622 dias para ser operado a uma hérnia!» Fazendo as contas, isto significa, de um modo mais claro e transparente, que, no primeiro caso, um doente com 30 anos ao tempo da prescrição da intervenção terá 50 quando vier a poder realizá-la No segundo caso, um doente com 30 anos ao tempo da prescrição da cirurgia terá pelo menos 42 anos de idade quando chegar a sujeitarse a ela

Perante este cenário, alguém pode ficar calado? Como pode continuar-se a enfiar a cabeça na areia e a não perceber que uma situação destas não pode manter-se, em nome da dignidade das pessoas e da responsabilidade do Estado?

É que há exemplos que relevam de situações de verdadeira e própria desumanidade Um ilustre profissional de medicina dizia em 1998 «Nada pode justificar que um velho com uma artrose da anca tenha de esperar dois anos e mais por uma operação que lhe dará uma independência de movimentos e uma superior qualidade de vida nos poucos anos que lhe restam

Nada pode justificar uma espera de dois anos para uma operação a cataratas de um idoso que tem já uma curta esperança de vida

Nada pode justificar anos e anos de espera para o tratamento de um síndrome varicoso que lentamente se vai tornando mais incapacitante e mais perigoso para um doente de meia idade ainda com necessidade de todas as suas capacidades físicas para o trabalho.»

Uma situação de tanta gravidade como esta exige medidas extraordinárias O que é que as impede? É a insuficiência de recursos do Estado para lhe responder?

Analisemos esta hipótese com rigor, à luz da nossa iniciativa O que nós propomos é um quantitativo de 12 milhões de contos por ano – 12 milhões de contos por ano –, durante dois anos, para pôr fim a este estado de coisas É muito? É pouco? Podemos comparar com outras importâncias previstas ou a prever no Orçamento do

Estado É definitivamente pouco, comparado com os 32 milhões de contos que se estima venha a custar no próximo ano o chamado serviço público de televisão É uma migalha, comparado com os 100 milhões de contos que o Presidente do Conselho de Administração da RTP exige. É muito pouco, comparado com as indemnizações às petrolíferas para evitar o aumento dos preços da gasolina Estamos, neste caso, a falar de 10 milhões de contos a acrescentar a 40 milhões de contos de receitas perdidas É ainda pouquíssimo comparado com os cerca de 14 milhões de contos em que já se contam as indemnizações à Lusoponte Estamos, portanto, perante um falso impedimento.

Se quisermos resolver esta questão basta gastar menos naquilo que é socialmente mais injusto e gastar mais naquilo que é socialmente mais justificado

Mas o que significa este montante em termos de défice do sector da saúde? No último orçamento suplementar para a saúde foram transferidos 82 milhões de contos e desorçamentados 118 milhões de contos Tudo isto, uns míseros 200 milhões Mesmo assim, a dívida acumulada da saúde, conhecida e que continua por resolver, remonta ainda a cerca de 172 milhões de contos

O Sr Luís Marques Guedes (PSD). — É uma vergonha!

O Orador — Some-se e leia-se, no total, uns simples 372 milhões.

São estes os números do descalabro das contas da saúde que a actual Ministra confessa não poder controlar Se esta Ministra fosse oposição à anterior, àquela que é agora Ministra para a Igualdade, por certo não estabeleceria melhor as diferenças, não produziria uma crítica mais contundente e certeira

Não nos venham argumentar com qualquer impossibilidade em relação aos encargos do programa que propomos Trata-se de uma percentagem ínfima, de uma gota de água no orçamento da saúde

Um outro argumento utilizado também para atacar este projecto do PSD é a afirmação de que visamos destruir o Serviço Nacional de Saúde Não tem qualquer sentido. Acontece, tão-só, que para nós, como para muitos, o Serviço Nacional de Saúde não pode crescer indefinidamente Não é bom para a sua credibilidade, nem conveniente para o Estado, nem correcto para a política de saúde Quanto mais o Serviço Nacional de Saúde acumular em si as qualidades de proprietário dos meios, de financiador, de avaliador e de prestador de cuidados mais se encamunha para o desastre

Não parecem restar dúvidas sobre esta conclusão Ela é fundamentada e compartilhada abundantemente pelo estudo apresentado pelo Conselho de Reflexão sobre a Saúde Estranho destino este dos conselhos, das comissões e dos seus estudos e pareceres! A comissão da reforma fiscal foi inoportuna Este Conselho de Reflexão para a Saúde é talvez inconveniente Mas querer limitar ao Serviço Nacional de Saúde a capacidade de resposta e fazê-lo crescer indefinidamente é fazer crescer indefinidamente a ineficiência e a ineficácia

O Sr Luís Marques Guedes (PSD). — Muito bem!

O Orador — Por essa razão, fazemos apelo às outras áreas, social e privada, para o complementar e equilibrar

Constitui esta opção qualquer coisa de inaceitável? Trata-se de uma verdadeira e insuperável barreira ideológica? Também parece que não

O Governo, em relação à cirurgia cardio-torácica, desenvolveu um protocolo com uma instituição incluída nesta última categoria e não consta que lhe tenham «caído os parentes na lama»

Consta que o recurso a instituições espanholas, na Galiza, também já se tornou possível

Já que falámos em Espanha, permutam-me um breve parêntesis. É em Espanha que se formam os portugueses que não têm lugar nas nossas faculdades de medicina. É de Espanha que vêm os médicos e os enfermeiros que não existem em Portugal.

Só faltava que também só pudéssemos recorrer a instituições espanholas daquele tipo para tratar os nossos doentes

Na última lei aprovada sobre o controlo dos eventuais e «tísicos» programas do Governo, por iniciativa do PCP, também se refere, ainda que timidamente, que pode haver recurso a meios externos ao Serviço Nacional de Saúde

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador — Em face desta lei, dir-se-à que controlo existe, programa é que não!

Não é assim por inexistência do sector, por impedimento ideológico — qualquer que ele seja —, por desconhecimento, por qualquer solução esdrúxula, que esta hipótese deve deixar de ser encarada

O Serviço Nacional de Saúde está vocacionado para responder melhor a determinado conjunto de situações, designadamente ao nível de algumas espécies de intervenções cirúrgicas. As áreas social e privada podem, com êxito, complementar e potenciar a sua resposta em benefício dos portugueses

Nem se diga que a solução fica mais cara

Os dados disponíveis esclarecem que cada intervenção pode mesmo ficar mais barata, em função da utilidade dos critérios de gestão das unidades não públicas

Como os especialistas realçam, pequenas clínicas especializadas podem prestar cuidados de excelente qualidade na área a que se dedicam a custos que são incompreensivelmente mais baratos do que os praticados pelos hospitais públicos, com custos fixos de estrutura e funcionamento muito superior

Mais caras, especulativamente mais caras, ficam as cirurgias que se fazem com a certeza de não poderem ser executadas de outro modo ou ficar eternamente adiadas

«Engordar» o sector privado, como se diz, só se for a intenção do sistema que agora se pratica

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador. — É por isso que este argumento nem verdadeiramente existe

O modo como o Governo tem procurado reagir a este descalabro é verdadeiramente inacreditável

Já referimos a recusa do problema, já referimos a tentativa de cópia limitada. Faltava, agora, a recusa descarada de quanto ele próprio havia afirmado e defendido anteriormente

Nós sempre dissemos que a solução não podia estar apenas no sector público. O Partido Socialista e o Governo

sempre tentaram contrapor que estávamos a tentar destruir-lo. E agora, com estas declarações extraordinárias da Sr^a Ministra, em que ficamos?

A Sr^a Ministra, perante a retoma da iniciativa do PSD e o falhanço espectacular do tímido programa de recuperação, resolveu dizer qualquer coisa.

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — O quê? Só o contrário do que antes diziam

Afinal, não só existe o problema como pode ter solução, como deve recorrer-se abertamente ao sector privado e social. É o que se chama um recuo em toda a linha

A Sr^a Ministra vem, com as suas palavras, confessar que o esforço realizado e o previsto eram insuficientes, que o seu programa estava errado, que o PSD tinha razão nas várias tentativas que tem desenvolvido para resolver este problema

Ainda bem! Mais vale tarde que nunca!

O que é pena é que isto aconteça com dois anos de atraso

Protestos do PS

Foi preciso deixar o sistema «encostado às cordas», foi preciso lançar o completo descrédito sobre a actividade governativa, foi preciso manter no sofrimento mulheres e milhares de pessoas

Se a solução apresentada pelo PSD não tem sido combatida com preconceitos de natureza pseudo-ideológica, se não tem sido obstaculizada pelo desejo de matar uma qualquer iniciativa da oposição, tudo teria corrido bem melhor

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador — Encontravam-se mulheres de portugueses com o seu drama resolvido, não viviam na perspectiva de terem sido esquecidos e abandonados à sua sorte, não tinham morrido muitos outros sem os cuidados de que necessitavam

À última da hora, a Sr^a Ministra deixa cair um óbolo de 3 milhões de contos. Uma pequena contribuição. Diremos nós, uma ridicularia

É perante este quadro que se deve equacionar a responsabilidade da surdez do Governo aos nossos apelos e às nossas propostas

Passa o Governo a vida a exigir consensos, acordos de regime. Aqui está uma área onde facilmente todos estariam de acordo

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador — Infelizmente, parece mais necessário ao Governo impedir o PSD de ter razão do que aceitar com humildade e sentido de responsabilidade as sugestões positivas e a elas aderir

Afinal, este problema das listas de espera para as cirurgias é apenas um de entre muitos. Certamente, o mais grave nas sua consequências imediatas. Certamente, o mais difícil de admitir

Tão grave e tão revoltante que o País viu recentemente surgir um movimento cívico organizado contra as listas de espera na saúde

D. Manuel Martins, o antigo Bispo de Setúbal, cansou-se (como se lê) e decidiu, com os seus companheiros de iniciativa, «fazer alguma coisa por aqueles que não têm cunhas nem dinheiro para recorrer à saúde privada»

Porque, não tenhamos dúvidas, quem é mais prejudicado com este estado de coisas é quem é mais vulnerável, é quem é mais débil social e economicamente, quem não pode ultrapassar as listas de espera e pagar É tão simples como isto!

É a salvaguarda do princípio da igualdade entre os portugueses que impõe uma solução De resto, continuam os doentes a acumular-se nas urgências Continuam os centros de saúde a fingir que disponibilizam cuidados desse tipo, enganando quem ali se desloca Continuam os doentes à espera de consultas de especialidade meses e meses a fio, penando nas deslocações sem sucesso e na espera sem remédio Continua cerca de 1 milhão de pacientes à espera de médico de família

E este o panorama da saúde em Portugal

Srs Deputados da maioria, a VV Ex^a especialmente me dirigir por uma vez, assumam a responsabilidade de aderir a uma solução concreta para um problema concreto, solução essa que se não perde em paliativos

O que nós propomos é uma solução pensada

O que o Governo consegue imaginar são pequenos remendos de oportunidade É certo que progressivamente tem vindo ao encontro das propostas do PSD, que ontem vilipendiava Mas o assunto é demasiado sério e grave para continuarmos com meras aproximações a uma solução

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador — É preciso encarar de frente e avançar com decisão para resolver o problema

Das tentativas vãs temos já a história e a sensação do nada a que conduzem Deste programa que sugerimos fica o desafio

E é tão dramaticamente simples perceber e aceitar esta solução!

Todos os cidadãos que estejam há mais de 90 dias em listas de espera para cirurgia devem poder optar por realiza-la noutro estabelecimento hospitalar previamente seleccionado

As regras, as exigências de qualidade, as garantias de acompanhamento, os prazos, o financiamento, não podem estar mais claras

Sei que muitos de vós, Sr^a e Srs Deputados da maioria, no silêncio das vossas consciências, concordam comigo Sei que muitos de vós seguiram aquele conselho avisado do nosso Presidente da Assembleia da República «Por favor, preocupem-se»

Peço-vos agora um passo à frente não tenham medo Votem connosco Não voltem a adiar a resolução deste problema

Aplausos do PSD

O Sr Presidente — Inscreram-se, para pedir esclarecimentos ao Sr Deputado Carlos Encarnação, os Srs Deputados Vitor Moura, Pedro Mota Soares e João Rui de Almeida

Tem a palavra o Sr Deputado Vitor Moura

O Sr Vítor Moura (PS) — Sr Presidente, Srs Deputados, este problema das listas de espera é uma questão que nos preocupa E nós chamamos-lhe «problema», exactamente porque nunca foi problema no vosso tempo Os senhores «assobiavam para o ar», ignoravam por completo que havia pessoas que padeciam, que havia pessoas incapacitadas, que havia pessoas que viam a sua qualidade de vida afectada porque estavam em listas de espera Isto porque ninguém falava nelas!

Protestos do PSD

O problema das listas de espera apareceu apenas em 1995 E porquê? Porque vocês chegaram ao fim do governo e lembraram-se «Alto! O problema está a ser escandaloso! Há muita gente, há dezenas de milhar de pessoas em lista de espera E dezenas de milhar de pessoas que votam!»

O vosso problema foi exactamente esse! Aproximavam-se eleições e havia que tomar alguma medida Enfim, medidas precipitadas, como o são sempre quando tomadas tendo em vista determinado objectivo — neste caso, um objectivo pura e simplesmente eleitoral E então «lançaram o ferro» Hoje ninguém fala do «ferro», ninguém sabe sequer que existiu, que não resolveu qualquer problema

O Partido Socialista teve, então, de fazer face a esta herança pesadíssima que o PSD lhe deixou

Protestos do PSD

Sobretudo, Srs Deputados, a questão é que vocês nunca encararam o problema! VV Ex^a deixaram um problema, que era estrutural, em relação ao qual, entre outros, faltavam os recursos humanos

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Vocês limitaram o acesso dos nossos jovens às faculdades de medicina

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — E foi o PS que teve de aumentar o *numerus clausus*, que teve de criar duas faculdades de medicina,

Aplausos do PS

que teve de aumentar a capacidade de formação das escolas de enfermagem, Srs Deputados Vocês limitaram e vocês asfixiaram!

Protestos do PSD

São estas medidas que darão os seus frutos daqui a algum tempo Mas fomos nós, tivemos de ser nós, teve de ser o Governo do PS a tomar as medidas que vocês, durante os mais de 15 anos em que tiveram responsabilidade na área da saúde, nunca se atreveram e nunca conseguiram tomar

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador: — Mas, mais, Srs Deputados, tenho a impressão de que este problema é mais um exercício de catarse que os senhores trazem hoje aqui. Porque vocês têm remorsos da vossa inépcia e da vossa inércia. Vocês nunca fizeram nada para o resolver. E, hoje, porque têm outras «listas de espera» — é para a direcção do partido, é para a Presidência da República, é para as distritais —, vocês confundem as coisas!

Risos do PSD

E confundem os nossos doentes com os vossos problemas internos, Srs Deputados!

Aplausos do PS.

Mais os vossos problemas que, dizem agora (nomeadamente para as distritais), é um problema de «feitiço para feiticeiro». Porque o vosso problema, Srs Deputados, é que parece que alguém vos lançou um mau olhado. E esse problema não se resolve no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, nem sequer nas medicinas alternativas, mas é capaz de se resolver com uma ida à bruxa.

Risos do PS

Srs. Deputados, o problema é, de facto, sério!

O Sr Presidente — Agradeço que termine, Sr Deputado

O Orador — Termine já, Sr Presidente

O Partido Socialista pode, desde já, garantir que 20 000 casos estão resolvidos neste momento com o problema da promoção do acesso, Srs Deputados

Queria era que negassem este número 20 000 casos! Ou seja, vinte mil vezes mais eficácia do que vocês demonstraram durante o tempo todo em que estiveram no governo

Mas gostaria de colocar-lhe outra questão, Sr. Deputado Carlos Encarnação. Gostaria de saber se concorda que este problema das listas de espera é um problema que existe onde o Serviço Nacional de Saúde, que é público, é sustentado pelo Estado. E, não sendo o Orçamento do Estado elástico, a procura — devido à qualidade que oferece — é demasiada

O Sr Presidente. — Agradeço que termine, Sr Deputado. Acabou o seu tempo.

O Orador — Termine imediatamente, Sr Presidente, deixando esta questão. gostaria de saber se o Sr Deputado Carlos Encarnação concorda com o que acabei de referir. Foi, aliás, o Sr. Ministro da Saúde durante um governo do PSD — o Sr Ministro Paulo Mendo — que o afirmou nesta Assembleia

Aplausos do PS

O Sr. Presidente. — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado Carlos Encarnação

O Sr Carlos Encarnação (PSD) — Sr Presidente, Sr Deputado Vitor Moura, comprehendo o seu esforço. Quando não se tem argumentos, fala-se como V Ex^a fala

O Sr Joel Hasse Ferreira (PS) — Essa é velha!

O Orador: — Mas não há qualquer problema! Cada um fala como pode!

Vamos lá ver se nos entendemos, Sr Deputado V Ex^a. tem a certeza de que está no ano 2000, de que está no segundo mandato de um Governo presidido pelo mesmo Primeiro-Ministro que esteve no Governo durante os últimos quatro anos?

A Sr^a Manuela Ferreira Leite (PSD) — Ainda não percebeu!

O Orador: — V. Ex^a tem a certeza de que estiveram quatro anos no Governo, pois esteve aqui e eu vi-o a apoiar sempre o Governo, e sempre com gosto. Nós a concluímos que o Governo não fazia nada, mas V Ex^a apoia-o cada vez mais

Aplausos do PSD

Chego à conclusão de que V Ex^a, afinal, gostava do Governo que tinha, e merece gostar, porque foi o Governo que tinha que lhe deixou os 81 000 doentes em lista de espera

Aplausos do PSD

É que V Ex^a pode dizer tudo o que lhe vier à cabeça, o que não pode é esquecer este número há 81 000 doentes à espera para fazer cirurgias. E VV Ex^m não resolveram ainda o problema, como nunca o resolverão, ou só o resolverão com um projecto como o nosso!

Risos do PS

Era isso que eu queria que V Ex^a entendesse. Mas eu até já quase que desisto — palavra de honra! —, porque já por três vezes que tentamos explicar isto a VV Ex^m. É em nome das pessoas, é em nome das pessoas que sofrem e é em nome dos doentes que voltamos a apresentar aqui este projecto de lei

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador — Só lhe digo uma coisa, Sr Deputado o Professor Sousa Franco, aqui há uns tempos, falava da comparação do Governo de Dona Maria II com o actual Governo, falava em termos não propriamente muito prestigiosos em relação ao actual Governo e eu começo a pensar que ele tem razão. VV Ex^m continuam a fazer as comparações com o Governo de Dona Maria II, mas não sei quantos doentes havia, na altura, em lista de espera, o que sei é que VV Ex^m têm um problema e não o querem resolver

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Pedro Mota Soares

O Sr Pedro Mota Soares (CDS-PP) — Sr. Presidente, Sr Deputado Carlos Encarnação, certamente que não tenho a solução milagrosa para o problema das listas de espera, mas parece-me que, acima de tudo, este problema

não se resolve com um pinguepongue de culpas entre o PSD e o PS

Confesso-vos que o «país» que está lá fora e, acima de tudo, os 80 000 doentes que estão numa lista de espera para uma intervenção cirúrgica, ao olharem para o espetáculo que os dois grupos parlamentares agora aqui deram, vão ficar muito confusos e, infelizmente, far-lhes-á diminuir o apreço que têm por esta Assembleia

O Sr. Basílio Horta (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Sr Presidente. Sr Deputado Carlos Encarnação, é a terceira vez que o PSD apresenta este programa nesta Assembleia e quero dizer-lhe que considero que ele tem defeitos. Tem, à cabeça, um defeito muito grande, que é o de não falar sequer do problema das listas de espera para as consultas, que é um outro problema fundamental ligado a este, é a outra «cara da mesma moeda».

Depois, tem aqui algumas questões que penso que estão mal explicadas ou mal definidas, como, por exemplo, a de sabermos se os valores que estão neste programa cobrem todo o internamento do doente ou se só cobrem a operação, se assegura, por exemplo, uma equipa médica completa, para que, no dia da operação, não aconteça que falte o médico cirurgião, o enfermeiro ou o anestesista. Se consegue que as ARS calendarizem ao certo as operações que vão ser feitas ou que não vão ser feitas

Como eu dizia no início, é a terceira vez que esta Assembleia está a discutir concretamente este problema e este diploma, e é curioso verificarmos que, ao nosso lado, a nossa vizinha Espanha, em três anos, que é sensivelmente o tempo em que nós estamos aqui a discutir, resolveu o problema e desceu para 66 dias o tempo das listas de espera. É essa, se calhar, a diferença entre quem faz e quem fala!

Mas a grande questão que tenho para lhe colocar, Sr Deputado, é a seguinte: não entende o Sr Deputado que este problema é estrutural, é um problema de estrutura do nosso Serviço Nacional de Saúde, e não apenas um mero problema conjuntural? Isto é, não entende o Sr Deputado que, em Portugal, o problema das listas de espera é, acima de tudo, o problema das listas de excluídos, dos mais pobres, dos mais velhos, daqueles que, se calhar, não têm quem os ajude a resolver ou a acelerar o seu processo? Não é o problema das listas de espera a maior prova do colapso do Serviço Nacional de Saúde?

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Encarnação.

O Sr Carlos Encarnação (PSD) — Sr Presidente, Sr Deputado Pedro Mota Soares. V Ex^a é um Deputado que está aqui há pouco tempo, portanto, não deve impressionar-se com aquilo que normalmente o Partido Socialista faz quando nós, oposição, apresentamos uma iniciativa. V Ex^a está na oposição, penso eu, não está ao lado do Governo!

O Sr Manuel dos Santos (PS) — Então, tem de dizer mal?

O Orador — E, portanto, assim sendo, V Ex^a não se abepinhe, não ache estranho que o Partido Socialista tente

sempre obstaculizar as iniciativas das oposições, designadamente do PSD, principalmente quando elas são boas, quando são positivas e quando são louváveis.

Sei que V. Ex.^a está numa situação difícil. Não quer dizer muito bem do nosso projecto de lei, não quer comprometer-se muito, mas, no seu íntimo, acompanha-o, porque, se não o acompanhasse, V. Ex.^a não dizia aquilo que disse, não dizia que o Serviço Nacional de Saúde não chega, que o Serviço Nacional de Saúde está, porventura, em colapso e que, no essencial, acompanha parte das nossas preocupações.

Nós sabemos que o problema da saúde é um problema estrutural. É verdade!

O Sr Pedro Mota Soares (CDS-PP) — Tem razão!

O Orador — Mas, de duas, uma ou resolvemos o problema, que é grave e tem de ser urgentemente resolvido ou o senhor pactua com aqueles senhores que ali estão, que ficam todos contentes, porque há 81 000 doentes à espera de cirurgias. O senhor ou está daquele lado ou está deste! Não pode estar no meio! E tanto não pode estar no meio que a direcção da sua bancada, das duas outras vezes em que apresentámos esta iniciativa, não disse o que o senhor disse! Votou a favor! E, em lugar de estar a exaltar a pretensa diatribe entre o Partido Socialista e o PSD, exaltou as virtualidades do projecto de lei.

O Sr. Pedro Mota Soares (CDS-PP) — E os defeitos!

O Orador — Também disse aquilo tudo que o senhor disse sobre o sistema espanhol, que tinha conseguido vencer a crise. Muito bem! Mas o meu problema é que não estou em Espanha!

Eu, ainda há pouco, disse que estamos aqui a resolver os problemas de Espanha, mandando para lá os nossos alunos, recebendo de lá os médicos e enfermeiros! Mas nós somos o Governo de Portugal ou de Espanha?! O que é isto?!

Aplausos do PSD

Estamos aqui a resolver o problema de Portugal, dos portugueses que estão doentes. E é para isso que chamo a sua atenção.

Aplausos do PSD

O Sr Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado João Rui de Almeida

O Sr João Rui de Almeida (PS) — Sr Presidente, Sr Deputado Carlos Encarnação. A questão das listas de espera é uma questão que nos preocupa muito. Quero que o Sr Deputado aceite isto com toda a verdade. Preocupa-nos muito, porque tem a ver com pessoas e com doentes.

Aliás, é um grave problema com que a maioria, se não mesmo a totalidade, dos modelos de saúde se debatem hoje em dia. É uma questão que se coloca, hoje em dia, a todos os modelos de saúde. Portanto, é uma questão que deve ser tratada com a máxima seriedade e respeito.

Mas o que é que nós verificamos? Verificamos que, ao longo destes anos, e hoje aqui, mais uma vez, o PSD está

a usar esta questão séria das listas de espera dos doentes do Serviço Nacional de Saúde de uma forma demagógica e, deixe mesmo dizer-lhe, de uma forma perversa. E mais o PSD está a usar, de forma irresponsável mesmo, o sofrimento dos doentes que esperam a sua vez nos hospitais.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — O PSD está no «vale tudo», no «bota abixo» e, portanto, falta aqui, acima de tudo, uma posição de rigor, que o PS quer hoje aqui assumir. E manda o rigor dizer, em primeiro lugar — e os senhores nisso são usuários e vezeiros —, que, contrariamente àquilo que o senhor hoje aqui, mais uma vez, afirmou, de que o anterior director-geral de saúde diz que, hoje em dia, a lista de espera é de 81 000 doentes, é mentira. O relatório comprova-o, no quadro XII, da página 52.

A Srª Natália Filipe (PCP) — Que relatório?

O Orador — Neste relatório a situação é intitulada de «a questão que se coloca». E a questão que se colocava, de facto, na altura, era a de que existiam estes 81 000 doentes em listas de espera.

Sr Deputado Carlos Encarnação, em 1992 — já nessa altura se colocava a questão das listas de espera ao Serviço Nacional de Saúde —, os senhores mandaram fazer um estudo sobre esta situação, em 1994, inventariaram 80 000 ou 94 000 doentes em listas de espera, e, em 1995, perderam as eleições sem terem feito rigorosamente nada para resolver esta situação.

Aquilo que hoje queria aqui dizer, com todo o rigor, para que o Sr Deputado Carlos Encarnação e esta Câmara disso tenham conhecimento, é que aquilo que está a ser feito está a ter resultados positivos. Agradecia, pois, que tomasse nota dos números que lhe vou dar em 1996, 1997 e 1998 as listas de espera tiveram uma redução de 10 000 doentes que foram recuperados, em 1999, reduziram em mais 10 000 doentes, também recuperados, e para o ano 2000 já estão atribuídos, neste momento, mais 8 000 títulos de acesso (penso que saberá o que significa).

O que se pode dizer, hoje em dia, é o seguinte: em 1992 — ano em que os senhores mandaram fazer um estudo, que só apareceu em 1994, para depois não o utilizarem —, os números das listas de espera rondavam os 80 000 a 94 000 doentes e desceram neste momento. Esta descida deveu-se a duas situações: 20 000 doentes foram recuperados e mais 20 000 doentes saíram das listas de espera, devido à «limpeza» destas, decorrente de situações de duplicação — doentes que às vezes têm o seu nome duplicado na lista de espera do mesmo hospital — e de doentes que desistiram. Neste momento, podemos garantir-lhe e dizer-lhe que a lista de espera está quase reduzida a metade, na ordem dos 49 000 doentes.

O Sr Joel Hasse Ferreira (PS) — Muito bem!

O Orador — Não posso deixar de considerar estas situações como a utilização de uma situação, que é grave, para o combate político.

O Sr Presidente — Agradeço que termine, Sr Deputado.

O Orador — Sr Presidente, termine já.

Queria terminar, dizendo-lhe duas coisas, Sr Deputado o vosso projecto de lei enferma de uma situação, que é a falta de credibilidade. E quem diz, como o senhor há pouco disse, aquele erro «grosseiro» dos 90 dias. É que há situações que têm de ser resolvidas antes dos 90 dias, e os senhores quase que bitolam tudo pelos 90 dias.

O Sr Presidente — Agradeço que termine já, Sr Deputado, a sua intervenção vai quase em 5 minutos.

O Orador — Termine já, Sr Presidente, muito obrigado.

O Sr Presidente — Tem mesmo de terminar.

O Orador — Termine mesmo, Sr Presidente. Gostava que o Sr Deputado Carlos Encarnação fizesse uma avaliação desta evolução positiva dos 20 000 doentes já recuperados e das listas de espera quase reduzidas.

Mas deixe-me só dizer-lhe que temos uma preocupação, com a qual não queremos que se preocupem, porque não são capazes de o fazer, é que há hospitais que aderiram à recuperação das listas de espera, mas outros há, e muitos, que a tal não aderiram.

Esta é uma questão que nos preocupa e que queremos ver esclarecida, através do Ministério da Saúde, aqui, no Plenário.

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado Carlos Encarnação.

O Sr Carlos Encarnação (PSD) — Sr Presidente, vou ter muito prazer em responder ao Sr Deputado João Rui de Almeida para lhe dizer o seguinte: quando queremos chegar a um número, se porventura queremos baixar-lhe 20 000, em lugar de aceitar que são 80 000, dizemos que na origem eram 100 000.

O Sr João Rui de Almeida (PS) — Não, não, não!

O Orador — e depois é fácil chegar ao 80 000.

Protestos do PS

É uma forma fácil de fazer contas.

Protestos do PS

É uma forma tão fácil de fazer contas quando, daquilo que leio nos relatórios que têm sido apresentados — é certo que esparsos, é certo que muito mórdicos — é certo que muito contraditórios — das várias administrações regionais de saúde, chego à conclusão de que há os mesmos 80 000. Quer o senhor diga quer não diga que aquilo que está escrito no relatório Sakellarides é mentira, o facto é que, mesmo com esta história de estar a «varrer» os todos os números para baixo do tapete, de estar a tentar limpar todos aqueles que já morreram, porque não tiveram oportunidade de serem atendidos, de estar a «varrer» todos aqueles que tiveram de pagar cirurgias privadas, porque não encontraram a solução para o seu problema, depois de o senhor fazer todo este exercício, os números são os mesmos. Sabe porquê? Basta um indicador simples: só na

região Norte há mais de 35 000 doentes em listas de espera, números que, ainda anteontem, a ARS publicou no *Jornal de Notícias*

Sr Deputado João Rui de Almeida, houve um Deputado da sua bancada, que estou agora a ouvir, que, num dos debates passados, não teve o mesmo raciocínio que V Ex^a agora teve. Dizia esse Deputado que nem que fosse uma pessoa que estivesse numa situação dessas eles preocupavam-se!

A Sr^a Natalina Moura (PS) — Certamente! É óbvio!

O Orador: — Ele preocupava-se e eu também!

Mas a questão não é a de estarem preocupados, porque, Sr. Deputado João Rui de Almeida, V Ex^a pode estar preocupado a vida inteira. O problema é que estas pessoas estão preocupadas e sofrem, e V Ex^a, como o Governo, têm o dever de resolver o problema

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador. — V Ex^a não pode dizer eternamente que está preocupado. Não esteja preocupado, resolva!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E aquilo que nós lhe oferecemos é uma proposta para o senhor resolver o problema

O que os senhores não podem fazer, Sr Deputado João Rui de Almeida — e fixe bem isto — é ter esta atitude ziguezagueante que tiveram ao longo deste tempo todo! Os senhores disseram, primeiro, que o problema não existia, disseram, depois, que ele não podia ser resolvido e, depois de terem mudado de ministro e mesmo com a anterior ministra, aproximaram-se da nossa solução. Mas fizeram-no de forma tímida, de forma tímida, tiveram vergonha de fazer as coisas!

Sr Deputado, deixe-se de falsas vergonhas, deixe-se de preocupações, porque V. Ex^a é um homem que se consome nisso, e tente é resolver o problema, isto é, aprove o nosso projecto, faça isso, porque fica melhor com a sua consciência

Aplausos do PSD

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr^a Deputada Luísa Portugal

A Sr^a Luísa Portugal (PS) — Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados. O Partido Social Democrata apresentou a esta Assembleia da República um projecto de lei «quanto mais não fosse por um imperativo moral e ético» — estou a citar —, a que chamou programa especial de combate às listas de espera

Srs Deputados, só por um imperativo moral e ético é muito curto. O nosso trabalho é muito mais amplo e passamos a explicar

O Serviço Nacional de Saúde, como um modelo sistémico, aberto, complexo, é influenciado pela sociedade e está em mudança contínua. Tem uma finalidade e objectivos, tem um quadro de referência na estratégia de saúde, tem em si uma noção integrada de instrumentos e de recursos para a gestão e a prestação de cuidados a que podemos chamar estrutura, tem agentes que interagem com flexibilidade de papéis, tem valores cuja

continuidade é necessário preservar, tem em si capacidades de superar problemas, em favor do seu crescimento e de uma mudança positiva, tem fronteiras, que é preciso conhecer, mas assume uma visão especial do mundo numa base universal, solidária, equitativa — e quando falamos em equidade, dizemos dar mais aos que mais precisam —.

Vozes do PS — Muito bem!

A Oradora — que exige mudança, segundo o estado da arte e de acordo com as novas tecnologias de diagnóstico, .

O Sr Nelson Baltazar (PS) — Bem lembrado!

A Oradora — que assume, como porta de entrada, os cuidados de saúde primários, como tecnologia fundamental, a comunicação e, como ferramenta, a relação médico/doente

O Serviço Nacional de Saúde é, definitivamente, dirigido para os cidadãos, sem esquecer todos os profissionais de saúde que lhe dão corpo aos vários níveis de intervenção

Vozes do PS — Muito bem!

A Oradora — Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados. É nesta visão sistémica e positiva que vemos o Serviço Nacional de Saúde como peça nuclear e estruturante de todo o sistema de saúde.

Aplausos do PS

que poderá e deverá ser sempre melhorado para uma verdadeira qualidade nos desempenhos, na responsabilização e na avaliação dos impactos das medidas propostas. É um serviço que deverá incorporar todas as medidas inovadoras e criativas que tenham um valor acrescentado, para uma melhor gestão e melhorias de desempenho, mas que não sejam pontuais, avulsas e pautadas apenas por uma qualquer vontade de marcar agenda política

Vozes do PS — Muito bem!

A Oradora — Não quero com isto dizer que não se reconheçam vários problemas no funcionamento do Serviço Nacional de Saúde. Admitimos que as listas de espera são uma disfunção importante no Serviço Nacional de Saúde, pelos desequilíbrios que gera e principalmente pelas desigualdades que provoca. Admitimos esta disfunção e estamos a resolvê-la. Repito, não a admitimos só, estamos a resolvê-la

O Sr Nelson Baltazar (PS) — Exactamente!

A Oradora — Não entender isto é propor uma espécie de terapêutica pela provocação, que causa um padrão de comunicação também ela disfuncional, que só pode ser entendida como a presença de uma baixa de auto-estima por parte da bancada do PSD

Vozes do PS — Muito bem!

A Oradora — Os Srs Deputados do PSD não se deram conta de que é a terceira vez que trazem à discussão o mesmo projecto? Agora já sei a resposta!

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — O problema está por resolver!

A Oradora — Os Srs Deputados do PSD não se deram conta de que o combate às listas de espera só despertou, e de uma forma muito incipiente, no tempo do Dr Paulo Mendo, doze anos depois de o PSD ter responsabilidade política na saúde e quando descobriram 80 000 utentes em lista de espera?

Vozes do PS — Muito bem!

A Oradora — Os Srs Deputados do PSD não se deram conta de que o combate às listas de espera já começou e tem continuado em execução, desde 1996, com o Executivo socialista?

Os Srs Deputados do PSD não se deram conta de que foi aprovado, nesta Assembleia, após discussão a 21 de Janeiro de 1999, um Programa Especial de Acesso aos Cuidados de Saúde, que, no seu essencial, subscreve o que está consignado na Estratégia de Saúde 1998-2002, do Partido Socialista, em que, como sabem, uma das prioridades é a acessibilidade dos cidadãos aos cuidados de saúde pela recuperação das listas de espera e pela extensão dos períodos de atendimento nos centros de saúde e nos hospitais, com a especificidade, nesse diploma aprovado e publicado entretanto, de garantir uma dotação orçamental que globalmente não deve ser inferior a 1% do orçamento anual do Serviço Nacional de Saúde?

Os Srs Deputados do PSD não se deram conta ainda de que o vosso projecto se sobrepõe àquela lei, ainda não concretizada mas que os senhores viabilizaram nesta Assembleia?

O Sr Nelson Baltazar (PS) — Bem lembrado!

A Oradora — Os Srs Deputados do PSD não se deram conta ainda de que já foram recuperados 20 000 casos em listas de espera, resolvendo uma necessidade de saúde, de facto, a 20 000 doentes, ou, então, é mesmo uma provocação, no sentido positivo do termo, que vai obrigar a uma avaliação do processo de combate às listas de espera e, portanto, a introduzir um factor de mudança e de crescimento do Serviço Nacional de Saúde no sentido de reforço da sua capacidade pública instalada e de uma forma complementar com recurso ao sector social e privado?

Sr Presidente, Sr.º e Srs Deputados Todos estes problemas têm de ser tratados de uma forma séria Pelo sim pelo não, repito, como disse o Sr Ministro Pina Moura nesta Câmara, aquando do debate do orçamento rectificativo, «O Serviço Nacional de Saúde, como elemento estruturante do sistema de saúde dos portugueses, é uma opção de fundo do Partido Socialista que não está em causa»

Aplausos do PS

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Continua a haver listas de espera!

A Oradora — Por outro lado, ninguém pode fazer crer, porque ninguém acredita, que um problema desta dimensão, que envolve milhões de contos mas, principalmente, milhares de portugueses que anseiam por uma saúde no momento em que necessitam, possa não estar a ser avaliado de forma contínua com a introdução de medidas correctivas

Em 1995, apontava-se como número de utentes em espera cerca de 80 000 — é o tal número mágico de que temos vindo a falar —, disponibilizaram-se 138 000 contos num então conhecido projecto PERLE, os quais, no entanto, foram gastos já em 1996 no Executivo do Partido Socialista, e fizeram-se 510 intervenções em contratos realizados na ARS do Norte

Em 1997, afectaram-se 2 milhões de contos a um Plano Especial de Recuperação das Listas de Espera, verba que passou para 3 milhões em 1998, e apesar desta disponibilidade financeira, a adesão do sector público e do sector privado foi insuficiente, tendo-se recuperado apenas cerca de 10 000 casos distribuídos pelas cinco regiões de saúde. Mas realizaram-se mais 10 000 cirurgias. Srs Deputados!

Vozes do PS — Muito bem!

A Oradora — Após uma correcção do número de casos e a quantificação da espera com selecção de prioridades baseada em tempos clinicamente aceitáveis, iniciou-se, em 1999, um Programa de Promoção do Acesso, que inclui a recuperação das listas de espera com um financiamento específico de 6 milhões de contos.

Há ainda que ter em conta outros componentes deste Programa, de que realço o desenvolvimento da cirurgia de ambulatório, a conclusão do projecto do Cartão de Utente, a informatização do acesso para corrigir duplicações e, ainda, o alargamento dos horários de atendimento nos centros de saúde e nos hospitais, bem como a contratualização de serviços

A avaliação feita, em Dezembro de 1999, no universo das cinco regiões de saúde, mostra que, neste ano, foram emitidos cerca de 20 000 títulos-acesso e que destes já foi resolvido um total de 9200 casos em protocolos realizados com hospitais públicos, principalmente, mas também com recurso a hospitais com estatuto especial que aceitaram a contratualização com o Ministério da Saúde e, em 30% dos casos, a estabelecimentos de saúde privados Repito para que o Sr Deputado Carlos Encarnação possa ouvir bem 30% dos casos foram resolvidos em institutos privados!

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr Carlos Encarnação (PSD) — Também já percebi isso!

A Oradora — O que acabei de dizer significa que, sob a tutela do Governo do Partido Socialista, foram resolvidos 20 000 casos, no total Repito foram resolvidas 20 000 patologias a 20 000 doentes que delas padeciam

Vozes do PS — Muito bem!

A Oradora — Como conclusão, dizemos que muito se realizou em produção acrescida, tendo em conta todos os componentes do processo e, nomeadamente, o tempo Os problemas da saúde não se resolvem apenas por via

legislativa, resolvem-se, principalmente, pela motivação dos profissionais e pela credibilização de cada um dos serviços de saúde

A Sr^a Maria Celeste Correia (PS) — Muito bem!

A Oradora — Atacamos o problema assumindo a sua magnitude, a sua vulnerabilidade e o seu enquadramento num projecto mais vasto que tenha em conta os seus principais condicionantes e o trabalho já desenvolvido

Vozes do PS — Muito bem!

A Oradora — Ignorar o que se está a fazer no terreno é pura incompetência, ignorar discussões havidas e legislação aprovada é má-fé política e nada acrescenta. Repito nada acrescenta!

Aplausos do PS

Continuamos a ter listas de espera, embora não com a magnitude que se quer fazer acreditar, e continuaremos, durante o ano de 2000, com um plano integrado para contribuir para a sua resolução, cujo valor orçamental será de 9 milhões de contos, como foi anunciado já pelo Sr Primeiro-Ministro

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Isso já foi uma grande virtude!

A Oradora — Enquanto houver um doente em lista de espera, o Partido Socialista procurará as soluções para o seu problema

Vozes do PS — Muito bem!

A Oradora — Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados O futuro é sempre um desafio. A resolução das disfunções do Serviço Nacional de Saúde também Repetindo o que li algures por aí, «nós ganhamos a nossa vida à velha maneira trabalhando para isso»!

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Srs Deputados, antes de dar a palavra aos Srs Deputados Natália Filipe e Nuno Freitas, que se inscreveram para pedir esclarecimentos, informo que estão a assistir aos nossos trabalhos um grupo de 120 alunos da Escola do 1º ciclo, n.º 2, de Queluz, um grupo de 36 alunos do IPTrans — Curso de Técnicos de Transportes de Loures, um grupo de 12 alunos da Escola Secundária de Montemor-o-Novo e um grupo de 30 alunos da Escola Secundária de Santa Maria da Feira. São muitos e simpáticos, merecem o nosso carinho

Aplausos gerais, de pé

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr^a Deputada Natália Filipe

A Sr^a Natália Filipe (PCP) — Sr Presidente, Sr^a Deputada Luisa Portugal, gostaria de colocar-lhe três perguntas. Pode ser que a Sr^a Deputada ou alguém da bancada do PS saiba responder-me, visto que o Grupo

Parlamentar do PCP não tem todos os dados na mão mas, pelos vistos, os Deputados do PS têm

Como sabemos, no Serviço Nacional de Saúde há milhares de contos investidos em equipamentos que, muitas vezes, só funcionam até às 16 horas. Como é que alguém pode compreender que mais de 90% dos exames complementares de diagnóstico solicitados, por exemplo, nos centros de saúde sejam feitos no sector privado convencionado, ao qual o Estado paga milhares de contos, quando se sabe que, de acordo com a Carta de Equipamentos de Saúde — portanto, nada do que estou a dizer é inventado —, funcionando os serviços 8 horas por dia, 10 meses por ano, dariam resposta à quase totalidade das solicitações relativas a raios-X, electrocardiogramas, análises e ecografias?

O Sr Bernardino Soares (PCP) — Exactamente!

A Oradora — A lei que está em vigor estabelece que, para o Programa Especial de Acesso aos Cuidados de Saúde, seja atribuído 1% do Orçamento do Estado. Os dados que conhecemos são muitos mas poucos são provenientes do Ministério da Saúde, no entanto, são todos muito contraditórios. Sabemos que sobraram 3 milhões de contos da verba atribuída em 1999 para a execução do Programa e soube-se recentemente que o Ministério da Saúde vai atribuir um reforço de 3 milhões de contos para a recuperação das listas de espera. Pergunto será que vamos ter para 2000 um reforço de 6 milhões de contos ou será que os 3 milhões de contos não passam de uma manobra publicitária em torno das sobras de 1999?

O Sr Bernardino Soares (PCP) — Muito bem! Essa é que é a questão!

A Oradora — Em resposta a um requerimento enviado por mim questionando sobre os resultados do Programa Especial de Acesso aos Cuidados de Saúde, o Ministério da Saúde, que é obrigado por lei a apresentar a esta Assembleia esses resultados, informou o seguinte: «Na sequência do pedido (), informamos que foram tratados, no âmbito do Programa de Acesso no ano de 1999, 9351 doentes do Serviço Nacional de Saúde. No Hospital da Cruz Vermelha, por acordo estabelecido (), foram tratados mais 2006 doentes. Para o ano 2000, está previsto afectar a este Programa uma verba correspondente a 1% do orçamento do Serviço Nacional de Saúde». Nada de novo!

Esta resposta é uma vergonha, em nossa opinião!

O Sr Bernardino Soares (PCP) — Muito bem!

A Oradora — Em primeiro lugar, é inadmissível que só mediante a apresentação de um requerimento o Governo responda e, mesmo assim, com meias respostas.

Em segundo lugar, o Governo tem obrigação de apresentar a esta Assembleia um relatório sobre a execução do Programa. Do que é que está à espera? Será que só os Deputados do PS têm acesso ao relatório?

O Sr Bernardino Soares (PCP) — Exactamente! São todos iguais, mas uns são mais iguais do que outros!

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra a Sr^a Deputada Luisa Portugal

A Sr^a Luísa Portugal (PS) — Sr Presidente, respondo depois do outro pedido de esclarecimento

O Sr Presidente — Então, tem a palavra o Sr Deputado Nuno Freitas

O Sr. Nuno Freitas (PSD) — Sr Presidente e Srs Deputados, depois de ouvir a intervenção da Sr^a Deputada Luísa Portugal apetece-me dizer tão-só para quando, Sr^a Deputada, o fim das listas de espera?

De facto, nós até concordamos com muitas das matérias que abordou na sua intervenção sobre o Sistema Nacional de Saúde — só que não é isso que está aqui em discussão —, sobre a política centrada no doente — deveria ser isso a estar aqui em discussão —, sobre um conjunto de princípios teóricos que enunciou. Mas a verdade é que não respondeu sequer àquilo que, pontualmente — repetimos, pontualmente — aqui queremos trazer, que é a seguinte qual é a resposta para os doentes em lista de espera?

Vozes do PS — Estava distraído!

O Orador. — Quisemos sabê-lo há dois anos atrás, quisemos sabê-lo há três anos atrás e queremos sabê-lo agora. Mas não há uma resposta eficaz para as listas de espera

Gostava que a Sr^a Deputada pudesse, em nome da sua bancada — e, eventualmente, em nome do Governo, como já hoje fizeram —, comentar a notícia, não desmentida, que aparece na *Semana Médica* do mês de Dezembro, que diz, citando o Dr Sakellarides, o seguinte: «Entre Setembro de 1995 e Abril de 1999 executaram-se um conjunto de Projectos Específicos orientados para a melhoria do acesso, de que resultou a realização de 5523 cirurgias () e, entre Maio de 1999 e Setembro de 1999 foram realizadas 6809. É o Dr Constantino Sakellarides quem o diz!»

Mais à frente, diz o mesmo artigo: «Fonte ministerial revelou ao *Semana Médica* que ‘efectivamente, o Programa não está a ter resultados famosos ()’». Não é, para já, uma prioridade imediata do Ministério da Saúde apurar a situação real das listas de espera». Repito: «Fonte ministerial revelou ao *Semana Médica* que ‘efectivamente, o Programa não está a ter resultados famosos ()’». Não é, para já, uma prioridade imediata do Ministério da Saúde apurar a situação real das listas de espera».

Portanto, admito que os senhores tenham números, mas eu prefiro os números da fonte ministerial e os do ex-director-geral de Saúde, que faz o relatório sobre a sua direcção-geral.

Eu não sei onde é que os senhores foram buscar os números. Até admitimos, em tese, que sejam 50 000 os doentes em lista de espera, como se isso fosse, de facto, uma maravilha do progresso a que os senhores chegaram. No entanto, Sr^a Deputada, penso que o PSD vai ter de encontrar um novo programa, mas desta vez de «desmame» psicológico em relação à ex-ministra Maria de Belém Aliás, lembro-me da declaração política feita aqui pelo Sr. Deputado João Rui de Almeida, em Março de 1998, na qual se congratulava com as medidas já tomadas ou anunciadas com vista a uma reforma no sector da saúde. O problema que se põe é o de que muitos dos Srs Deputados — e talvez já nem mesmo o Governo tenha esta posição — permanecem na posição de não ver um problema que afecta milhares de doentes e preferem a diatribe política à resolução rápida, em dois anos, de listas

de espera, com a aprovação de um projecto do PSD. Ora, isso é inconcebível, é algo que não vamos deixar passar e que vamos lembrar-vos cada vez que haja mais um doente em lista de espera neste país

Aplausos do PSD

O Sr Presidente — Para responder aos dois pedidos de esclarecimento, tem a palavra a Sr^a Deputada Luisa Portugal

A Sr^a Luísa Portugal (PS) — Sr. Presidente vou começar pela Sr^a Deputada Natália Filipe — e muito obrigada pelas referências que fez — dizendo-lhe que, de facto, nós temos estes dados, alguns deles trabalhados por nós porque pedimos directamente às fontes, ou seja, às administrações regionais de saúde

O Sr Bernardino Soares (PCP) — E à Sr^a Ministra?

A Oradora — E também pedimos à Sr^a Ministra, como é evidente

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Não funciona muito bem!

A Oradora — Sr Deputado, não ponha na minha boca coisas que eu não disse!

O Sr Deputado Nuno Freitas apresentou-nos um artigo que eu não conheço e que, por isso escuso-me de comentar, mas, como apontou alguns números, lembro-lhe que falta somar a esses números tudo o que foi feito a partir de Setembro Aliás, tenho também de lhe lembrar que o Programa de Promoção do Acesso começou a contratualização com os hospitais do Serviço Nacional de Saúde e com alguns hospitais privados a partir de Setembro, de tal maneira que ainda hoje estão a ser feitas contratações. Portanto, nós conseguimos a avaliação em Dezembro de 1999 e o número de 9200 intervenções que acabou de apontar englobam os números que citou mais as realizações feitas entre Setembro e Dezembro de 1999.

Em relação ao célebre relatório, que sempre que se fala do Serviço Nacional de Saúde e de saúde aparece nesta Câmara, tenho dúvidas de que a Sr^a Deputada Natália Filipe ainda não o tenha. Esse relatório é já de Outubro, é público, está publicado, e estranho que a Sr^a Deputada Natália Filipe ainda não o tenha. De qualquer maneira, se for muito importante, podemos disponibilizá-lo.

Vozes do PS — Muito bem!

A Oradora — Em relação ao 1%, lembro à Sr^a Deputada Natália Filipe que se trata de 1% do orçamento do Serviço Nacional de Saúde no Orçamento do Estado e que — nós já o sabemos porque o Sr Primeiro-Ministro anunciou-o na passada segunda-feira — constituirá nove milhões de contos para a continuação deste Programa de Promoção do Acesso.

Aplausos do PS

O Sr Bernardino Soares (PCP) — Mas 3 milhões de contos são as sobras do ano passado!

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra a **Sr^a Deputada Natália Filipe**

A Sr^a Natália Filipe (PCP) — Sr Presidente, Sr^m e Srs Deputados As listas de espera para acesso ao Serviço Nacional de Saúde não são um problema de hoje, já o eram há 10 anos

É inquestionável que este se traduz num dos maiores problemas do Serviço Nacional de Saúde e que afecta milhares de cidadãos portugueses, apesar do esforço desenvolvido por muitos profissionais da saúde

A este facto também não é alheia a carência de profissionais de saúde e a falta de uma estratégia a médio e a longo prazo para que tenhamos o número de profissionais suficientes à prestação dos cuidados de saúde Este é, efectivamente, um problema grave

Com a aprovação da resolução apresentada pelo PCP sobre o aumento de formandos nas áreas da saúde, todos os grupos parlamentares reconheceram que os anteriores governos não fizeram o suficiente e que é urgente um plano estratégico de formação de profissionais, com as inevitáveis repercussões orçamentais

O Sr Bernardino Soares (PCP) — Muito bem!

A Oradora — Centrando-nos na matéria hoje em debate, os atrasos no atendimento e as situações em que foram excedidos os tempos de espera clínicamente aceitáveis constitui uma realidade absolutamente inadmissível E lembramos que as políticas de saúde de inspiração neoliberal, particularmente desenvolvidas pelos governos do PSD, não são completamente alheias ao fenómeno de crescimento das listas de espera, antes pelo contrário

Entre as consequências mais nocivas dessa política estão o subfinanciamento crónico do Serviço Nacional de Saúde, a centralização das tomadas de decisão, a falta de condições de trabalho, a precariedade dos vínculos laborais, o agravamento das desigualdades no acesso aos cuidados de saúde, a promoção da promiscuidade entre os sectores público e privado, entre outros Uma política que transformou o Serviço Nacional de Saúde em terreno propício à manobra de grupos de interesses privados, que se utilizaram das suas insuficiências e se apropriaram, e apropriam, de largos recursos públicos

Vozes do PCP — Muito bem!

A Oradora — O actuação do anterior governo do PS não deu lugar a uma intervenção clara e inequívoca na defesa e melhoria do Serviço Nacional de Saúde, na sua regeneração

A anterior equipa do Ministério da Saúde demonstrou sérias dificuldades em levar à prática as orientações que definiu, mostrando-se incapaz de contrariar a promiscuidade existente entre as prestações pública e a privada e de afrontar os interesses vorazes de grandes grupos económicos, que disputam e absorvem o grosso dos recursos públicos disponibilizados para o sector, transformando os recursos da saúde em puro e largo contrabando dos dinheiros dos cidadãos

O PCP não põe em causa a legitimidade da existência de um sector privado de prestação de cuidados de saúde, o que defende é um sector não parasitário, com regras claras e transparentes de articulação com o sector público

Assumindo a necessidade de mobilização de todos os recursos existentes no Serviço Nacional de Saúde (quer os humanos quer os equipamentos e instalações) para dar resposta a uma prioridade nacional da área da saúde, o PCP apresentou, e a Assembleia da República aprovou, o Programa Especial de Acesso aos Cuidados de Saúde, que se encontra formalmente em vigor desde Maio de 1999, apesar de a sua operacionalização só se ter concretizado, fundamentalmente, a partir de Setembro

Este Programa consagra o princípio do aproveitamento da capacidade do Serviço Nacional de Saúde, prevendo o recenseamento rigoroso dos utentes das listas de espera, a avaliação da capacidade instalada, a atribuição de uma dotação orçamental própria e adicional e o recurso a meios externos ao Serviço Nacional de Saúde, o que só poderá ter lugar quando, comprovada e fundamentalmente, se verificar a insuficiência ou o esgotamento da capacidade instalada

O Sr Bernardino Soares (PCP) — Muito bem!

A Oradora — Sabemos que este Programa tem virtudes que não estão devidamente exploradas e, inexplicavelmente, o Governo nunca apresentou a esta Assembleia os resultados da aplicação deste Programa E aos requerimentos que nós lhe enviámos, como se viu, dá meias respostas No entanto, aquilo que a lei diz é que o Governo é obrigado a informar de dois em dois meses a esta Assembleia da República do estado de aplicação do Programa

O Sr Bernardino Soares (PCP) — Muito bem!

A Oradora — Foi proposta do Programa do anterior governo tomar medidas com vista a melhorar o funcionamento e aumentar a eficiência das unidades de saúde, centralizar a descentralização na gestão dos serviços de saúde e facilitar o acesso Isto estava no Programa

Porém, aquilo que se passa nas diversas instituições deste país é isto não há uma rentabilização eficaz do investimento efectuado em meios auxiliares de diagnóstico, a maioria dos blocos operatórios só funcionam durante uma parte do dia De tarde e de noite os equipamentos ficam a descansar As consultas são até às 14 ou até às 15 horas, a maioria dos centros de saúde alargaram o período de funcionamento, mas não têm recursos para dar respostas locais Para realizar um exame complementar de diagnóstico os utentes, muitas vezes, têm de se deslocar às urgências, não houve investimento na implementação de meios de comunicação e informação entre todos os hospitais e centros de saúde por forma a facilitar a circulação da informação do utente e até o Cartão do Utente está para ser aplicado na totalidade

O que se vai vendo a funcionar deve-se à dedicação dos profissionais da saúde, mesmo com restrições ao gozo de direitos e ao aumento dos ritmos de trabalho

A todos os níveis, só após três anos de legislatura é que o Governo publicou alguma da legislação necessária ao desenvolvimento sustentado das medidas que anunciou, publicando o despacho sobre o Programa de Promoção do Acesso e assumindo o reforço financeiro de 6 milhões de contos, publicando a legislação dos sistemas locais de saúde, dos centros de responsabilidade integrados, dos centros de saúde de 3^a geração, do regime

remuneratório experimental, que permitem às instituições envolvidas articular a resposta em cuidados de saúde e envolver os profissionais. Levou três anos para fazer isto!

Apesar da anunciada paixão do Governo e de a Ministra da Saúde ter assumido aqui, nesta Assembleia, que iriam «... implementar medidas que tenham, como resultado último, uma melhoria significativa dos ganhos em saúde dos portugueses», o Governo, passados que são três meses desde a sua nomeação, continua sem apresentar qualquer estratégia, qualquer medida, qualquer linha condutora da sua política de saúde.

Vozes do PCP — Muito bem!

A Oradora — A falta de definição do actual Governo e a não execução plena da lei em vigor criaram as condições para que o PSD reprezentasse esta iniciativa legislativa que hoje discutimos.

O Sr João Amaral (PCP) — Exactamente!

A Oradora — Até parece que o PS pretende dar sustentação aos argumentos do PSD, que acabámos de ouvir.

O Sr João Amaral (PCP) — Muito bem!

A Oradora — A ver pela «limpeza» verificada nos diferentes cargos dos organismos sob a tutela do Ministério da Saúde algo nos faz prever que muita coisa pode mudar. E, infelizmente, para pior.

A expectativa que está criada em torno do Orçamento do Estado para o ano 2000 pode ser a desilusão de constatar que, afinal, o anunciado reforço financeiro da saúde apenas servirá para pagar dívidas. Será manter tudo na mesma. E não se verificará o tal «virar de página».

Vozes do PSD. — Muito bem!

A Oradora — Sr Presidente, Sr^o e Srs Deputados O PCP recusa firmemente um caminho que acentue a divisão dos portugueses em cidadãos de primeira e cidadãos de segunda. Ou seja, naqueles que têm capacidade económica para usufruir do acesso à prestação de cuidados de saúde e os restantes, a maioria, que, não tendo capacidade económica, ficam condenados ao acesso a um sistema residual, caritativo e assistencialista.

O PCP sabe, e todos sabemos, que a capacidade instalada no Serviço Nacional de Saúde não está devidamente aproveitada e, ao contrário da perspectiva do projecto de lei do PSD, a resolução das listas de espera não pode ser um pretexto para alimentar os apetites vorazes instalados no SNS ou daqueles que se querem aproveitar das suas fragilidades.

Reafirmamos hoje, tal como sempre o temos feito, que é urgente que o Governo concretize a separação do público e do privado. Ou seja que adopte medidas que impeçam o desenvolvimento da medicina privada no interior dos estabelecimentos públicos, que adopte medidas que fomentem a exclusividade de funções, que pernamentam a fixação de diferentes profissionais de saúde, que estabeleça um código de conduta que torne ilícito aos médicos do SNS o desvio para consultórios privados, e, acima de tudo, que adopte medidas que garantam a gestão pública de todos os estabelecimentos públicos de

saúde, alterando a organização e funcionamento dos hospitais e centros de saúde e potenciando novas formas de trabalho que possibilitem uma maior rentabilização dos recursos..

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Muito bem!

A Oradora — ... e que, no âmbito da resolução das listas de espera, ponha, efectivamente, em plena execução a lei que está em vigor.

Terminei como comecei as listas de espera para acesso ao Serviço Nacional de Saúde não são um problema de hoje.

Não esquecendo o esforço imediato que é necessário assumir, a sua resolução requer um trabalho estratégico para aplicação a médio e a longo prazo com medidas de intervenção, aplicadas a montante e a jusante do problema, que envolvam todos os agentes que intervêm na saúde.

Aplausos do PCP

O Sr Presidente — Inscreveu-se, para pedir esclarecimentos, o Sr Deputado Filipe Vital
Tem a palavra.

O Sr Filipe Vital (PS) — Sr Presidente, Sr.^a Deputada Natália Filipe, acabar com as listas de espera e assegurar aos cidadãos o acesso aos cuidados de saúde significa cumprir a Constituição. Portanto, estamos todos de acordo de que este projecto terá de ser uma prioridade absoluta da actuação política, conforme o PS prometeu e está a cumprir.

Nunca escondemos que, apesar dos progressos, falta muito para que o problema esteja resolvido. Mas, é preciso dizer-lhe, à inacção que caracterizou os governos do PSD respondeu o PS com uma política que já reduziu as listas de espera, no período entre 1996 e 1999, em mais de 20 000 casos.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Não é possível ter um tempo de resposta igual a zero. Encontramos listas de espera em todos os sistemas de saúde, aqui e lá fora. O que é possível e o que temos de conseguir é ter tempos de resposta clinicamente aceitáveis. Isso consegue-se com o aprofundamento da política de rigor que tem vindo a ser seguida, evitando a confusão entre o sector público e o sector privado. Essa confusão parece ser o objectivo proposto pelo PSD, que parece não estar verdadeiramente preocupado com as listas de espera, como o demonstrou quando foi governo, mas, fundamentalmente, em proporcionar ao sector privado uma grossa fatia do Orçamento, fragilizando o Serviço Nacional de Saúde na sua componente pública.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — É óbvio que o problema não se resolve se nos limitarmos a injectar dinheiro no sistema. Se não for privilegiada a capacidade de instalar no sector público e se nos limitarmos — como, em última análise, quer o PSD — a rentabilizar o sector privado, então,

teremos o efeito perverso de estarmos a fomentar o crescimento das listas de espera

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — É evidente que consideramos que o sector privado tem um papel importantíssimo na resolução do problema, mas, em nome da transparência e da eficácia, é indispensável que actue em total separação em relação ao sector público

Dito isto, parece que aquilo que nos une é substancialmente mais do que aquilo em que divergimos. É por isso, Sr^a Deputada, que solicito o seu esclarecimento, já que, estranhamente, ao longo de toda a sua intervenção, não ouvi da sua parte uma palavra de apreço, em relação ao aumento anunciado pelo Sr Primeiro-Ministro, dotando o Programa de Promoção do Acesso com uma verba superior em, pelo menos, 1,5 milhões de contos àquela a que estaria obrigado caso se limitasse a cumprir o artigo 5º do Programa Especial de Acesso aos Cuidados de Saúde, que foi, aliás, proposto por VV Ex^m

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra a Sr^a Deputada Natália Filipe

A Sr^a Natália Filipe (PCP) — Sr Presidente, Sr Deputado Filipe Vital, a determinada altura, tive algumas dúvidas sobre se a pergunta era dirigida a mim ou se era dirigida ao PSD

Sr Deputado, aquilo que eu disse, e repito, é que, tratando de uma proposta do PS, desde o anterior governo, no sentido de que este problema tinha de ser resolvido, o Governo demorou três anos para apresentar e colocar no terreno um conjunto de legislação que permita criar formas de envolver os profissionais e de dar resposta a esta situação

O Sr João Amaral (PCP) — Exactamente!

A Oradora — Foi preciso que o PCP apresentasse a esta Assembleia um projecto que, efectivamente, permitisse a concretização daquilo que estava no terreno, visto que o Governo andava à espera para ver quando é que haveria de publicar um normativo legal que permitisse às pessoas poder resolver este problema

Vozes do PCP — Muito bem!

A Oradora — Relativamente à questão do Orçamento, do que consta que terá sido transmitido pelo Sr Ministro da Economia, os 9 milhões de contos, que aqui foram referidos há pouco, não chegam, sequer, a 1% do Orçamento do Estado

O Sr Bernardino Soares (PCP) — Exactamente!

O Sr Presidente — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr Deputado Pedro Mota Soares

O Sr Pedro Mota Soares (CDS-PP) — Sr Presidente, Srs Deputados Antes de começar propriamente a minha intervenção, gostava de responder a uma certa hipersensibilidade que senti por parte da bancada do PSD,

nomeadamente do Sr Deputado Carlos Encarnação, acerca da minha última intervenção, dizendo-lhe apenas o seguinte Sr Deputado, de facto, sou novo nesta Câmara — o Sr. Deputado é mais antigo —, mas, se calhar, não deve ter ouvido o discurso que a minha colega de partido, Dr^a Maria José Nogueira Pinto, fez acerca desta questão. Queria descansá-lo, porque não vou fazer as mesmas críticas duras que ela fez, visto que entendo, tal como ela, que, se este projecto tem defeitos, certamente as listas de espera e os 80 000 portugueses que estão à espera de uma intervenção cirúrgica, são, em si próprios, um defeito ainda maior. Por isso mesmo, como é lógico, vamos votar a favor deste projecto.

Sr Presidente, e dando agora início à minha intervenção, encontra-se esta Câmara reunida para, pela terceira vez, debater e discutir uma matéria que é uma inconstitucionalidade, uma ilegalidade e uma imoralidade

É uma inconstitucionalidade, porque se quebraram todas as normas da Constituição que referem o «direito à protecção de saúde». É uma ilegalidade, porque a Lei de Bases da Saúde é totalmente desrespeitada. E é uma imoralidade, porque é um atentado à moral social sabermos que há pacientes que esperam 2, 5, 7, 10 anos por uma operação vital para a sua qualidade de vida, chegando alguns a nem sequer serem operados, porque entretanto já morreram, não da doença mas, sim, da espera.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Porque as doenças, ao contrário dos processos judiciais, não prescrevem. E neste assunto, que é, como eu dizia há pouco, uma matéria constitucional, legal e moral, a culpa não pode morrer solteira.

Há uma, e uma só entidade, a quem as culpas têm de ser assacadas e essa entidade é, obviamente, o Ministério da Saúde, representado pela actual Ministra (que, infelizmente, hoje aqui não está), pela ministra anterior e por todos os outros ministros que lhe antecederam.

Para resolver este problema concreto, não é preciso a intervenção da Assembleia da República, não é preciso a intervenção dos grupos parlamentares, nem sequer dos Srs Deputados. A única coisa que é preciso é a vontade do Governo. A única coisa que é preciso é a ação do Ministério da Saúde. A única coisa que é preciso é o trabalho da Sr^a Ministra.

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — O que falhou foi o Serviço Nacional de Saúde e é ele que, claramente, foi posto em causa.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Podemos estar todos aqui a falar dos 60 ou dos 80 000 doentes que aguardam por uma operação, pensando que, resolvendo o problema concreto dessas pessoas, resolvemos o problema concreto do SNS. Mas, se fizermos isso, estamos todos a «enterrar a cabeça na areia» e a fugir às nossas responsabilidades.

O que o PSD não nos diz, nem sequer assume com este projecto, é que este problema é estrutural, não é conjuntural. O problema das listas de espera não pode ser analisado fora do contexto de todos os problemas do Serviço Nacional de Saúde. Não podemos vir para aqui falar

em encontrar soluções fora do Serviço Nacional de Saúde sem falar do maior problema que lhe está adjacente, que é o próprio SNS.

Temos um Serviço Nacional de Saúde que tem uma produtividade muito baixa, que desperdiça infra-estruturas, que tem um problema fortíssimo de recursos humanos, mas que, acima de tudo, tem um problema de falta de direcção e de falta de controlo político.

E se o PSD não assume que este problema é estrutural é porque sabe que parte da responsabilidade é sua, e é a essa responsabilidade que ele quer fugir.

Sr Presidente, Srs Deputados Dissemos, no início, que este problema das listas de espera é um problema constitucional, legal e moral, mas confessamos que é a parte moral que mais nos preocupa neste momento

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — É que estamos a falar de 80 000 portugueses que, especialmente nas áreas das doenças ginecológicas, dos tumores benignos da próstata, das varizes, das artroses da anca e dos joelhos e das cataratas, vêem a sua qualidade vida baixar brutalmente. Estamos a falar de 80 000 portugueses que, numa frase já muito batida, não são números, são pessoas. Estas pessoas são doentes que não têm a quem recorrer se não ao Serviço Nacional de Saúde.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — Porque, voltando, mais uma vez, ao problema grave, que é o problema estrutural do SNS, esta lista de espera é, na verdade, uma lista dos excluídos da sociedade portuguesa. Uma lista dos excluídos, dos mais pobres, dos mais velhos, daqueles que não têm influência nem sequer conhecem alguém que lhes faça acelerar o respectivo processo.

Porque, se não há dúvidas de que todos os portugueses são iguais na doença (a isso ninguém escapa), a verdade é que, sendo todos iguais, há uns que esperam mais do que os outros.

Aplausos do CDS-PP

Este problema, repito-o até à exaustão, não é o problema conjuntural dos 80 000 portugueses que hoje esperam por uma operação, ou dos 80 000 portugueses que há três anos atrás esperavam por uma operação, ou dos 80 000 portugueses que há seis anos atrás esperavam por uma operação. Este é um problema estrutural do Serviço Nacional de Saúde que nós temos, que, na sua génese socialista — repito, na sua génese socialista —, quis fazer o milagre da universalidade, mas que, na realidade, exclui aqueles que mais deveria ajudar, aqueles que não têm qualquer meio de defesa, exclui os mais velhos, os mais pobres, os mais desfavorecidos.

Curioso milagre do socialismo: o Serviço Nacional de Saúde destina-se a todos, mas exclui aqueles que mais precisam!

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — A melhor prova do colapso do Serviço Nacional de Saúde é, exactamente, a questão das listas de espera. As listas de espera são, infelizmente, a expressão

da injustiça do SNS. E se nós, hoje, não deixarmos bem expresso nesta Câmara que sabemos e conhecemos a raiz do problema, então, corremos o risco de não resolvêmos nada.

Sr. Presidente. Srs Deputados De qualquer forma, por todos os anteriores considerandos, não negamos a bondade e a necessidade do diploma que hoje estamos a discutir.

Em nossa opinião, seria mais propício que fosse o próprio Governo, através do Ministério da Saúde, a lançar um programa semelhante a este, mas para isso é preciso governar e todos nós sabemos que tal não é o forte do nosso Governo. Porque a verdade é que, enquanto estamos aqui, nesta Assembleia, a discutir este problema pela terceira vez, num prazo mais ou menos semelhante, o governo espanhol resolveu o problema das listas de espera. A verdade é que, num prazo de três anos, a nossa vizinha Espanha resolveu o problema, enquanto nós, nos mesmos três anos, debatemos o problema.

O Sr Basílio Horta (CDS-PP) — Muito bem!

O Orador — É a diferença entre um governo de diálogo e um governo de acção, é a diferença entre quem fala e quem faz, é, aliás, a prática do socialismo da «Terceira Via»!

Como vos dizia, não havendo acção por parte do Governo, teve de ser a Assembleia a substituí-lo. E esta é a parte do diploma do PSD que aplaudimos.

Há, de facto, um problema grave nos prazos de espera para algumas intervenções cirúrgicas. Há portugueses que esperam e desesperam. Há, acima de tudo, que resolver este grave problema.

É certo que a Assembleia aprovou, na Legislatura passada, o Programa Especial de Acesso aos Cuidados de Saúde (PEACS), programa esse que, até hoje, se revelou incapaz de resolver o problema. Aliás, na altura própria e nesta mesma Câmara, avisámos que este Programa, ao ter aplicação só a partir da aprovação do próximo Orçamento, servia, acima de tudo, para o Governo ter uma desculpa para a sua inacção. Pelos vistos, provou-se que tínhamos razão! O projecto de lei do PCP foi um bom alibi para a Srª Ministra.

Sr Presidente, Srs Deputados O tempo passa e o problema permanece.

Aceitamos este projecto de lei pela sua bondade intrínseca, porque entendemos que pode resolver parte do problema em apreço e, por isso mesmo, vamos viabilizá-lo.

Pena é que, à terceira vez, o PSD ainda não tenha corrigido alguns aspectos importantes, como, por exemplo, o de contemplar as listas de espera para as consultas, que está intimamente ligado a este problema, o de proceder à revisão da comissão de acompanhamento, que decide, fiscaliza, determina os prazos e serve de instância de recurso a si mesma, e, ainda, é pena que este projecto de lei não explique como é que se garante a operacionalidade do programa proposto, isto é se o mesmo contempla toda a fase do internamento do doente, ou não, ou, ainda, o problema dos cuidados continuados.

O Sr Nelson Baltazar (PS) — Bem lembrado!

O Sr Carlos Encarnação (PSD) — Esperamos pela discussão na especialidade!

O Orador — São falhas importantes, a nosso ver, mas, pelo menos, parece-nos que há um objectivo que já foi cumprido

Vimos, ontem, nos jornais, que a Sr^a Ministra injectou mais 3 milhões de contos no PIRLEC, injecção essa oportuna e — pasme-se! —, coincidente com este debate, e há, como é óbvio, coincidências! Mas, acima de tudo, queremos sair daqui com uma esperança, com a esperança de que, depois do PERLE (Plano de Erradicação das Listas de Espera), depois do PIRLEC, depois do PEACS (Programa Especial de Acesso aos Cuidados de Saúde) e, agora, do PECL (Programa Especial de Combate às Listas de Espera) que estamos a discutir, não tenhamos de «DADAEDOMP», isto é, «daqui a dois anos, estar a discutir o mesmo problema»

Aplausos do CDS-PP

O Sr Presidente — Informo a Câmara que se encontram inscritos, para formular pedidos de esclarecimento, os Srs Deputados João Sobral e Carlos Encarnação

Tem a palavra o Sr Deputado João Sobral

O Sr João Sobral (PS) — Sr Presidente, Sr Deputado Pedro Mota Soares, começo por fazer uma correcção ao que disse, pois, a meu ver, é grave e interessa que fique esclarecido desde logo Neste país, não há ninguém que necessite de uma intervenção cirúrgica urgente que não tenha acesso à mesma

Vozes do PS — É verdade!

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Não é verdade!

O Orador — Ora, este facto põe em causa o conceito em que o senhor tem os profissionais de saúde deste país, o que, em nossa opinião, é bastante grave

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Revela, aliás, que o Sr Deputado não conhece o Serviço Nacional de Saúde e não nos propõe qualquer modelo alternativo para que possamos analisá-lo. Criticar é fácil, mas penso que está na hora de discutirmos o modelo que querem propor como alternativa

O Sr José Junqueiro (PS) — Deve ser o de Espanha!

O Orador — Talvez seja o modelo de Espanha!

Conforme já foi referido e demonstrado através de números e de dados que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista quis conhecer, como é próprio de quem tem o sentido da responsabilidade, e que estão disponíveis para qualquer Sr Deputado, bastando para tal fazer o respectivo requerimento, o Governo do Partido Socialista teve capacidade para recuperar substancialmente as listas de espera

Achamos, aliás, que conhecer os dados concretos é a única maneira de discutir este assunto de uma forma séria e profícua. Não podemos estar eternamente a discutir conceitos. Temos números, são esses números que queremos discutir com VV Ex^{as} e não ficamos agarrados ao «número mágico» das ditas 80 000 pessoas que se encontram em lista de espera porque, manifestamente,

segundo os dados de que dispomos, não é o que se passa

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Também não estamos a discutir hoje, aqui, as listas de espera ou a espera de listas do PSD, como já foi referido. Este assunto nem sequer nos preocupa minimamente. Preocupa-nos, sim, que se pretenda discutir este assunto sem o fazer em bases concretas mas de uma forma avulsa e circunstancial, explorando feridas abertas pelo próprio PSD e procurando marcar a agenda política de um modo mais favorável, criando falsas expectativas aos doentes

Afinal, que modelo defende o Partido Popular?

Nós defendemos o Serviço Nacional de Saúde público, universal e tendencialmente gratuito. E porque queremos mantê-lo, pretendemos, naturalmente, que seja um serviço sustentável

Sr Deputado, o Governo do Partido Socialista, partindo de uma lista de espera conhecida, em 1995, de cerca de 84 000 doentes, recuperou cerca de 20 000 doentes, entre 1996 e 1999, através do programa de acesso e da gestão das referidas listas de espera. Dos casos resolvidos, 70% foram-no pelo sector público, com um custo médio, por intervenção, de aproximadamente 370 contos — e estes dados estão disponíveis para os Srs Deputados, caso os pretendam consultar —, e 30% foram resolvidos pelo sector privado, com um custo médio, por intervenção, de cerca de 580 contos

Da filosofia defendida pelo Ministério da Saúde para a recuperação das listas de espera resulta que, numa perspectiva de sustentabilidade, defendemos a utilização da capacidade instalada

Assim, perguntamos pensa o Partido Popular que, numa perspectiva de sustentabilidade, de responsabilização e da correcta utilização da capacidade instalada, este é o caminho que deve manter-se e incentivar-se, não excluindo do sistema o sector público e o sector social, ou pretende apresentar a esta Assembleia qualquer outro modelo que, pretensamente, apresente melhores resultados?

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Sr Deputado Pedro Mota Soares, ainda tem outro pedido de esclarecimento. Como já dispõe de pouco tempo, talvez seja melhor responder só no fim

O Sr Pedro Mota Soares (CDS-PP) — Sr Presidente, prefiro responder já

O Sr Presidente — Então, faça favor

O Sr Pedro Mota Soares (CDS-PP) — Sr Presidente, prefiro responder de imediato, porque reputo, no mínimo, graves as palavras do Sr Deputado João Sobral e passo a explicar porquê

Registo o que disse o Sr Deputado e faço-o para que o resto do País pasme. Sr Deputado, dizer que não há um português à espera de uma intervenção cirúrgica urgente é algo que faz pasmar o País!

O Sr João Sobral (PS) — Não vamos brincar com as palavras!

O Orador. — Se quiser confirmar o que digo, Sr. Deputado, convido-o a ir comigo a um serviço de urgência de um hospital falar com as pessoas.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP): — Exactamente! Podem ir já para a semana!

O Orador — O Sr. Deputado, provavelmente, vai ter uma grande surpresa!

Há mais dois aspectos que me parecem muito importantes.

Nós não pomos em causa o trabalho dos profissionais da área da saúde, muito pelo contrário. O que pomos em causa, porque, de facto, está posto em causa, é o Serviço Nacional de Saúde, o que é algo completamente diferente

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador — Só mais uma coisa, Sr. Deputado, porque me parece importante Urgente? Urgente é, se calhar, para uma pessoa idosa, de 70 anos, fazer uma operação às cataratas; urgente é, se calhar, para uma senhora de 70 anos fazer uma intervenção de carácter ginecológico!

Protestos do PS

Mas há algo que não percebo, de facto. Não percebo o grau de auto-satisfação que os Deputados do PS arvoram quando falam neste problema, .

Vozes do CDS-PP: — É verdade!

O Orador — . o grau de auto-satisfação que toda a bancada do PS arvora quando diz. «resolvemos x números, resolvemos x%; fizemos.. ; não são 84 000, são 80 000.. ; não são 80 000, são 75 000 ..»!

Protestos do PS.

Sr. Deputado, essa auto-satisfação é algo que não aceito nem comprehendo.

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP): — É masoquismo! É patológico!

Aplausos do CDS-PP.

O Sr Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Carlos Encarnação.

O Sr Carlos Encarnação (PSD): — Sr Presidente, Sr Deputado Pedro Mota Soares, antes de mais, gostaria de acabar com um equívoco. De maneira alguma, quero que fique com a ideia de que lhe enderecei qualquer crítica por ser um Deputado novo, não só na idade como nesta Casa

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP) — Essa é boa!

O Orador. — A única coisa que eu poderia lamentar era não ser como V Ex^a.

Risos do CDS-PP.

A única coisa que eu poderia dizer era que teria inveja de si, mas não tenho!

O Sr Manuel Queiró (CDS-PP) — Mas é de ter!

O Orador: — Mas, muito francamente, não tenho!

Com isto, a única coisa que quero dizer é que a sua intervenção inicial me pareceu ir num caminho diferente das intervenções anteriores, das duas vezes em que apresentámos o projecto de lei na Assembleia da República, mas vi, depois, que V Ex^a assim não fez V Ex^a corrigiu

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP): — Corrigiu para melhor!

O Orador — aquela postura que se anunciaava inicialmente e acabou por fazer uma boa distinção entre aquilo que pensa a sua bancada e aquilo que pensa a bancada do Partido Socialista.

Na bancada do Partido Socialista estão os autoconvencidos

Vozes do PS — Oh!

O Orador — São as pessoas que acreditam nos números que lhes dão, são as pessoas que estão satisfeitas com o que fizeram ou com o que não fizeram, são as pessoas que entendem que a saúde, em Portugal, é um mar de rosas, são as pessoas que entendem que, em Portugal, não há urgências insatisfeitas; são as pessoas que entendem que, em Portugal, não há pessoas que sofrem! Aquela bancada, a bancada do PS, tem estas pessoas, não há qualquer dúvida!

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP): — São uns felizes!

O Orador — As pessoas que se preocupam estão noutras bancadas, e verifico que V. Ex^a está numa delas. E também verifico que V Ex^a nos acompanha nisto

As pessoas que estão naquela bancada, na bancada do PS, apoiam um Governo que, como há tempos dizia, com muita graça e muito a propósito, o Sr Deputado João Amaral, só «pega de empurrão»!

Risos do PSD e do CDS-PP

Isto é, só quando os partidos da oposição têm iniciativas é que o Partido Socialista responde, é que o Governo avança, é que o Governo tenta fazer qualquer coisa! E eu comprehendo, na verdade, que haja incomodidade na bancada do PS, porque, como têm dificuldade em mostrar coisas sérias, em mostrar o que fazem, ou o que o Governo faz, recorrem àquela pléiade, àquela multidão de números

Por isso mesmo, entregámos, hoje, um projecto de lei que quer pôr fim a isto e convidamos o Governo a fazer um relatório anual sobre a saúde do qual constem todos os dados claros — tão claros como água — sobre cada uma das unidades de saúde. E, então, já não estaremos aqui a perder tempo sobre se temos 80 000 ou 79 000 ou 81 000 pessoas em lista de espera, porque teremos uma situação clara para todos perceberem do que estamos a falar. Enquanto isto não acontece, tenho de confiar nos números, que são os números oficiais — tenham VV Ex^a paciência! Se VV Ex^a obtêm os números por outras vias, nada tenho a ver com isso, porém, os números que discuto são os publicados e não outros!

Por último, Sr Deputado Pedro Mota Soares, quero dizer-lhe que percebi o que disse em relação a duas coisas

Percebi que o problema do Serviço Nacional de Saúde é estrutural, com toda a certeza! No entanto, se V Ex^a tivesse dado um pouco mais de atenção àquilo que eu disse, teria percebido que falei em três coisas importantes na dimensão do Serviço Nacional de Saúde, nos problemas da responsabilidade e nos problemas da complementariedade do sector público com o sector privado e com o sector social. Porque esta é a nossa visão das coisas, que, pelos vistos, não anda muito longe daquilo que V Ex^a, individualmente, pensa.

Portanto, compreendemos que, só por qualquer deficiência, certamente da minha parte,

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Isso!

O Orador — na explicação daquilo que eu pensava, V Ex^a não tenha ouvido bem o que referi, pois também o acompanho na questão dos excluídos, porque eu disse, claramente, que quem mais sofre com este sistema e com a inviabilidade deste sistema é quem não tem dinheiro, .

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Nem cunhas!

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Nem lobbies!

O Orador — é quem, social e economicamente, é mais débil. Até citei as palavras do ex-bispo de Setúbal acerca disto!

O Sr Presidente — Sr Deputado Carlos Encarnação, faça favor de terminar, pois já ultrapassou em muito o tempo regimental!

O Orador — Terminei imediatamente, Sr Presidente!

Em último lugar, Sr Deputado Pedro Mota Soares, com toda a certeza que as suas críticas ao projecto de lei, naquilo que representa alterações na especialidade, são bem-vindas, porque estamos perfeitamente disponíveis para alterar o nosso projecto de lei naquilo que for necessário, desde que as críticas sejam feitas de boa fé! Isto é, desde que as pessoas digam: «Está bem, nós votamos favoravelmente o vosso projecto de lei, mas entendemos que há dúvidas!» Agora, o que não entendemos é que outra bancada, como a do Partido Socialista, diga: «Há dúvidas, mas nós votamos contra!» Isto é incompreensível!

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Não é uma «bancada», é uma «marquise»!

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado Pedro Mota Soares

O Sr Pedro Mota Soares (CDS-PP) — Sr Presidente, Sr Deputado Carlos Encarnação, do «parecer ao ser» ainda vai alguma diferença!

Ouvi com muita atenção a sua intervenção e referi o que referi da tribuna, porque, como já havia perguntado a V Ex^a se entendia que o problema do SNS era conjuntural ou estrutural e V Ex^a não me havia respondido, entendi voltar a reflectir sobre este ponto.

Mas, acima de tudo, o que, se calhar, era importante que saísse daqui, era percebermos onde termina a

fronteira entre quem defende «este» Serviço Nacional de Saúde — e note, Sr Deputado, que eu ponho um ênfase no «este» Serviço Nacional de Saúde — e quem defende, tal como a nossa bancada, «outro» serviço nacional de saúde.

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — que seja, de facto, um Serviço,

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — que seja, de facto, Nacional e que, acima de tudo, preste e cuide da saúde

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Francisco Louçã

O Sr Francisco Louçã (BE) — Sr Presidente, Sr^a e Srs Deputados A ausência da Sr^a Ministra da Saúde neste debate é, naturalmente, uma desconsideração pelo próprio debate

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Será uma desconsideração pelos promotores, mas é, sobretudo, uma perda de oportunidade política E, deste ponto de vista, quero dizer, com franqueza, à bancada do Partido Socialista que, em minha opinião, é um erro de cálculo político

A Ministra da Saúde, na passada segunda-feira, aquando da inauguração do hospital da Cova da Beira, anunciou um conjunto de medidas que está directamente relacionado com o que aqui se discute e que, porventura, até ajudaria a colocar, numa óptica mais geral, aquilo que importa discutir a propósito desta questão

A Ministra anunciou, como se sabe, um PIRLEC — plano integrado para a resolução das listas de espera em cirurgia — e disse que esse PIRLEC seria uma reformulação do Programa Especial de Acesso aos Cuidados de Saúde, que já aqui foi aprovado e entrou em funcionamento no Outono do ano passado, portanto há muito pouco tempo, o que levaria a supor que, primeiro, haveria que fazer um balanço da aplicação dessas medidas legislativas e que só depois, em função desse balanço, é que o Governo teria capacidade para apresentar um conjunto de iniciativas mais vasto que permitissem fazer esta discussão Creio que teria sido útil que assim fosse E, deste ponto de vista, aquilo que é anunciado pela comunicação social como resultado dessa visita merecia e até exigia a atenção, a consideração e a discussão neste contexto

Devo dizer-vos que há, neste âmbito, evidentemente, outras coisas que me surpreendem Surpreende-me — e digo-o com franqueza ao Sr Deputado Carlos Encarnação — que o exercício da primeira faculdade de agendamento potestativo pelo PSD, dando a importância que pretendeu dar a este ponto, não tenha sido acompanhado pela sua bancada, como se vê, se olhar para trás de si

Vozes do PS — Nota-se bem!

O Sr Carlos Encarnação (PSD) — O Bloco de Esquerda também está reduzido a 50%, Sr Deputado!

O Orador — Mas nós ainda temos 50%, Sr Deputado! O facto é que a discussão o merece, e quero dizer que o merece tanto mais que o Governo tem vindo a dar sinais claros, que devemos interpretar à letra, de que este é um ponto importante

Relativamente à mesma visita à Cova da Beira, os órgãos de comunicação dizem: «Guterres confirma o sector da saúde como a nova paixão do Governo», e — vejam! — a capacidade de persuasão do Primeiro-Ministro vai ao ponto de convencer um jornalista, que, na sua candura, explicou que o Primeiro-Ministro ficou especialmente satisfeito por encontrar um CD-ROM, realizado pelos serviços de pessoal, que contém o Programa de Humanização dos Cuidados da Saúde. É claro que a «candura» do jornalista não tem de ser atribuída ao Primeiro-Ministro, que sabe tão bem quanto nós que não é em CD-ROM que se ensina ou se contém a humanização dos cuidados da saúde! Mas uma discussão sobre esta «paixão» merecia, porque, se me permitem parafrasear o malogrado Presidente Mao-Tse-Tung, as paixões são como as bicicletas e só exercidas e andando é que evitam a queda Creio que por isto valeria a pena esta discussão.

Esta discussão vale a pena, porque estamos perante um caso em que o crime compensa, estamos perante um caso em que a pressão a favor da desagregação do Serviço Nacional de Saúde e do favorecimento do sector privado está na directa proporção da existência de listas de espera em sectores estratégicos ou socialmente sensíveis

Portanto, para a discussão da protecção, do desenvolvimento, do cuidado que é preciso ter em termos da defesa do Serviço Nacional de Saúde, que, aqui, parece unir uma parte das bancadas, é preciso enfrentar esta questão. É por isto que quero dizer aos Deputados da bancada do PSD que é pouco e que é de menos repetir o mesmo, porque, Sr. Deputado Carlos Encarnação, «a mesma água não passa duas vezes por baixo das mesmas pontes»! Pode apresentar-se um diploma, como já fizeram com os projectos de lei n.º 531/VII, 601/VII e, já nesta Legislatura, o 61/VIII

O Sr Presidente: — Agradeço que termine, Sr Deputado Francisco Louçã, pois já ultrapassou largamente o seu tempo regimental.

O Orador: — Desculpe, Sr. Presidente, mas ainda disponho de 2 minutos e 22 segundos, pois estou a fazer uma intervenção e não um pedido de esclarecimento

O Sr Presidente — Peço-lhe imensa desculpa, Sr Deputado.

O Orador: — Espero ser esclarecido, mas não estou a pedir esclarecimentos!

O Sr. Presidente. — Peço-lhe, mais uma vez, desculpa, e faça favor de prosseguir.

O Orador — Com certeza, Sr Presidente

A bancada do PSD insistiu, mas insistiu em condições que mudaram substancialmente, e mudaram porque foi aprovado, nesta Assembleia, um projecto de lei que trata de uma parte da matéria sobre a qual versa o vosso projecto de lei e que, nomeadamente, aponta

para o recenseamento dos utentes, a avaliação dos recursos, matérias sobre as quais o Governo deve, como é natural, prestar contas. Mas creio que, se a Ministra da Saúde estivesse presente neste debate, a questão a colocar-lhe seria sobre o impacto e a experiência dos resultados práticos que ocorreram quando um projecto do tipo do vosso foi aplicado, pelo menos parcialmente

Com efeito, gostaria que alguém me pudesse esclarecer, neste ou noutra debate, sobre o resultado da experiência feita pela Administração Regional de Saúde, em Lisboa, com a Cruz Vermelha. Percebo a sensibilidade política e estratégica do acordo para salvar a Cruz Vermelha, mas, em termos dos acordos que foram feitos, por exemplo, no âmbito da cardiologia pediátrica, a verdade é que havia, pelo menos, dois hospitais — o Hospital de Santa Marta, do qual, aliás, saíram grande parte dos técnicos para a Cruz Vermelha, indo fazer, no privado, o mesmo que poderiam ter feito no público, e o vulgarmente conhecido por «hospital do coração» — que estavam capacitados para fazer estas intervenções e que deixaram de as fazer em virtude desse protocolo. Este balanço seria ilustrativo para a discussão que temos de ter aqui, e, portanto, das fronteiras que se pretende estabelecer entre o privado e o público

Terminaria dizendo que se esta discussão contribuir para abrir alguns caminhos, novos e velhos, em todo o caso bons ou, pelo menos, importantes, deve conduzir a reflexão por várias áreas, das quais me permitem sugerir quatro ou cinco

Está em discussão, desde há muito tempo, a necessidade do alargamento dos horários das consultas da especialidade, cujo debate já por aqui passou, está em discussão a necessidade de desenvolver meios de diagnóstico complementares, cujo debate também passou por aqui de forma breve, está em discussão a necessidade de estudar as formas de tornar eficientes e utilizados os blocos operatórios do serviço nacional público, que estão, como se comprehende, muito subavaliados e subutilizados. Mas está, sobretudo, em causa o funcionamento dos centros de saúde, dos cuidados primários, o princípio da autonomia de gestão dos centros de saúde e, nomeadamente, os meios de marcação informatizados e directos dos utentes em relação às consultas providenciadas por esses centros. Está em discussão a questão da formação dos clínicos gerais e, nomeadamente, da formação dos médicos de família, que são fundamentais, do ponto de vista daquilo que é um aspecto crucial: a despistagem destas consultas antes de chegarem aos hospitais de referência. E está, sobretudo, em debate o financiamento do Serviço Nacional de Saúde, discussão esta que começa agora e que continuará no próximo Orçamento, mas manter-se-á por tanto tempo quanto ela for exigida e necessária

O Sr Presidente: — Srs Deputados, temos aqui um problema. O Sr Deputado Paulo Pisco inscreveu-se para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Francisco Louçã, mas este não dispõe de tempo para responder.

Assim, gostaria de saber se algum grupo parlamentar se dispõe a ceder algum do seu tempo disponível.

Pausa

O Sr. Nelson Baltazar (PS) — O PS cede dois minutos, Sr Presidente

O Sr Presidente — Sendo assim, tem a palavra, Sr Deputado Paulo Pisco

O Sr. Paulo Pisco (PS) — Sr Presidente, Sr Deputado Francisco Louçã, podemos garantir que a «paixão» pela saúde está em exercício e, certamente, não hão-de faltar oportunidades para a Srª Ministra da Saúde se deslocar aqui, ao Parlamento.

Há aspectos que devemos levar em consideração, ao contrário do que fez o PSD, e já nos habituámos a ver o Bloco de Esquerda a dar um contributo positivo nas questões relacionadas com a saúde, atitude que saudamos e que deveria servir de exemplo a outras forças políticas aqui representadas.

Gostaríamos de deixar aqui muito claro que a questão das listas de espera é um drama humano, ao qual não somos insensíveis, ao contrário do que pretendem fazer crer. Foi posto em marcha um conjunto de iniciativas que já começa a dar os primeiros frutos e que, sobretudo, tem uma importância muito grande, porque indica que entramos num processo irreversível na resolução do problema das listas de espera e da facilidade generalizada de acesso aos cuidados de saúde.

A este propósito, começo por dizer que o que herdámos dos governos do PSD foi a total desorganização e o caos que havia do conhecimento em relação a todas as patologias. No entanto, já começou a ser implementada uma peça-chave para a gestão deste problema, que é, precisamente, a informatização das listas de espera, para facilitar não só a sua gestão, tornando-a mais transparente, mas também para servir como elemento de pressão para que os hospitais e os médicos intervenham mais nas patologias.

Por outro lado, penso que também que não devemos ignorar que há, neste momento, nas cinco regiões de saúde, 55 hospitais onde foi aplicado o Programa Especial de Acesso aos Cuidados de Saúde, o que, por si só, altera a realidade das coisas.

Como já aqui foi referido por colegas da minha bancada, há um outro factor que é muito importante e que é o seguinte: os 80 000 casos de pessoas em listas de espera, que aqui são referidos pelo PSD, foram aqueles que encontrámos quando chegámos ao Governo, em 1995, mas não esse o número que existe agora. É preciso não falsear a realidade.

O Sr José Junqueiro (PS) — Bem lembrado!

O Orador — Por consequência da aplicação do processo de gestão informatizado das listas de espera e da aplicação do Programa Especial de Acesso aos Cuidados de Saúde, as listas de espera abrangem, neste momento, cerca de 49 000 casos. É importante que se acabe, de uma vez por todas, com esta retórica política, que diz existirem 80 000 pessoas em listas de espera, porque não é verdade, não é real e não deve ser inventado.

Posto isto, pergunto-lhe, Sr Deputado Francisco Louçã, se neste contexto, em que foi implementado um conjunto de medidas muito importante, incluindo a adopção de regimes de exclusividade em muitos hospitais, o que também tem dado bons resultados, não se deveria ter em consideração todos estes factores, para se poder fazer um diagnóstico correcto da situação.

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado Francisco Louçã

O Sr Francisco Louçã (BE) — Sr Presidente, Sr Deputado Paulo Pisco, compreenderá que desta bancada encontrará sempre algum ceticismo quanto às declarações que neste âmbito político se produzem a respeito de «paixões». A experiência com a «paixão» pela educação não foi muito convincente para a nossa bancada, em matéria de saúde, veremos! Naturalmente, os factos falarão por si! Mas, enfim, o aspecto declarativo é menos tocante do que a capacidade de execução concreta. Mas é por isso mesmo que creio que este debate deveria ter tido outra atenção da parte do Governo.

Repare, o Sr Deputado diz-nos que 55 hospitais têm utilizado o Programa Especial de Acesso aos Cuidados de Saúde, com o que me regozijo, e que neste momento só há 49 000 pessoas em listas de espera, que são, naturalmente, como reconhecerá, 49 000 casos a mais. Compreendo que não é possível ter-se sempre um saldo «zero» nestas listas de espera, e, neste ponto de vista, toda a demagogia é criticável. Há um desajustamento entre a oferta e a procura, há patologias de massa que geram sempre afunilamentos e que, portanto, criam listas de espera. Mas o problema que aqui se levantou era o da oportunidade de poder saber-se como o Governo avalia a experiência desses 55 hospitais, porque, pelo que vimos dos sinais públicos da Ministra da Saúde, isso já a levou a propor a reformulação deste programa. Decorridos muito poucos meses, tanto do seu mandato como Ministra como desde o exercício efectivo deste programa, ela já propõe um novo conjunto de medidas. Então, que outra oportunidade melhor haveria se não esta para discutir em que condições é que isto deve ser desenvolvido?

Falou-se aqui de 3 milhões de contos, de 9 milhões de contos. Ora, não sei em que ficamos! A dotação orçamental, a dotação em meios técnicos e humanos, a inserção deste novo programa, porque, pelos visto, já tem um nome, já foi baptizado para a comunicação social por iniciativa da própria Ministra, tudo isto merecia esta discussão e não só uma reacção duplamente defensiva de quem propõe a mesma proposta como se nada tivesse acontecido e de quem a rejeita como se nada houvesse a discutir a este respeito. Algo mudou, disse-nos a Ministra da Saúde! Logo, ganhariamos em ter tudo essa discussão neste contexto.

É um convite que fica a todo o Parlamento e, em primeiro lugar, à bancada do Partido Socialista e ao Governo.

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra a Srª Deputada Isabel Castro

A Srª Isabel Castro (Os Verdes) — Sr Presidente, Srª e Srs Deputados. Devo dizer, em primeiro lugar, que Os Verdes entendem que a matéria ora em discussão é importante e, em segundo lugar, que não gostaríamos de entrar na dança dos números, pois o PSD, fazendo «terrorismo», diz serem 80 000 pessoas em lista de espera e o PS, com uma informação que, aparentemente, só ele dispõe, vem dizer que terão sido tratados 20 000 doentes, sobrando 49 000. Não vou entrar por aí, não só porque isso significa que há uma incógnita sobre o paradeiro de um número significativo de portugueses como, para nós,

o problema das listas de espera é extremamente sensível, pois por detrás dele estão seguramente problemas e dramas que afectam a vida das pessoas. Este é um problema muito delicado para o Serviço Nacional de Saúde e, do ponto de vista de Os Verdes, que defendem este Serviço, há toda a vantagem em ser equacionado da forma mais frontal possível sob pena de contribuirmos indirectamente não para a defesa do Serviço Nacional de Saúde, que – é nossa convicção – o Partido Socialista ainda defende, mas para a não resolução mais acelerada deste problema, dando, seguramente, espaço àqueles que não querem a defesa do Serviço Nacional de Saúde mas, sim, fazer da saúde um campo de negócios extremamente interessante. Exactamente porque do nosso ponto de vista é importante encontrar formas de defender o Serviço Nacional de Saúde é que nos parece que o problema das listas de espera tem de ser equacionado numa perspectiva diferente do financiamento do sistema, e este, como é natural, não pode ser divorciado da procura de formas de poupança em áreas, como, por exemplo, a dos medicamentos, que já foi discutida há uma semana, o que significa ter a coragem para resolver o que tem de ser resolvido e não atrasar essa resolução, sob pena de, também aqui, continuarmos a subfinanciar o Serviço Nacional de Saúde e a não permitir que ele corresponda àquilo que, no fundo, esteve na origem da sua criação.

Por outro lado, de uma forma mais abrangente, não se pode resolver todo este problema se a montante não se encontrar, de forma global e integrada, meios eficazes para se ter mais profissionais de saúde no sector. Não é, seguramente, nesta perspectiva, enquanto continuar a haver obstáculos no acesso àqueles que querem seguir a carreira médica, enquanto não houver diferentes condições para, por exemplo, o pessoal de enfermagem, que o problema se resolve. E, do nosso ponto de vista, não se resolve, seguramente, qualquer problema de listas de espera no Serviço Nacional de Saúde enquanto os nossos hospitais públicos tiverem os seus equipamentos a funcionar em *part-time*, enquanto não houver regras claras e códigos de conduta que impeçam, por exemplo, os médicos de se recusarem a fazer no público aquilo que, depois, a partir das 14 horas, vão fazer no privado e enquanto tivermos os blocos operatórios a funcionar até às 14 ou 15 horas, numa altura em que há muita gente à espera de ver resolvido o seu problema.

Parece-nos, portanto, que esta não é uma questão linear que possa ser resolvida atirando e jogando com coisas que tocam muito directamente os cidadãos. Do nosso ponto de vista, estes problemas só podem ser resolvidos numa perspectiva global e integrada, equacionando todos eles, o que significa equacionar problemas que podem e não, seguramente, ser resolvidos, tocar com grupos de interesses instalados, alterar práticas. Além do mais, parecem-nos que é tempo de fazer chegar a todos os grupos parlamentares a informação que existe sobre as listas de espera, ou seja de o Governo cumprir a lei, fazendo chegar à Assembleia da República a informação que esta neste momento não tem.

Mais, parece-nos que este é um problema mais vasto, que não se circunscreve apenas aos hospitais, e que implicaria que o Governo, em concreto o Ministério da Saúde, tivesse aquilo que actualmente não têm, que é um censo que permita identificar, através de um rastreio exacto, onde está colocado cada um dos médicos deste país, o que fazem e em que medida estão ou não

aproveitados. E penso que iríamos identificar um enorme desperdício.

Portanto, a meu ver, enquanto não se quiser caminhar no sentido de encarar os problemas, não estaremos em condições de os alterar mas, sim, seguramente, a perder tempo e com isso a dar mais espaço àqueles que não estão, nem nunca estiveram, interessados no Serviço Nacional de Saúde nem na sua defesa.

O Sr. Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Nelson Baltazar.

O Sr. Nelson Baltazar (PS) — Sr Presidente, Sr^a Deputada Isabel Castro, começo por pegar na questão subtil, mas bem precisa, que deixou na sua mensagem, que é a de saber o paradeiro dos doentes e dos médicos.

É verdade que, em 1995, nada se sabia sobre isto, porque não havia informações, mas hoje elas existem. E se, hoje, aqui dizemos que as listas de espera estão, neste momento, reduzidas a quase metade é porque temos informações, e temo-las porque implementámos o sistema do Cartão do Utente, o sistema de informatização dos utentes e dos doentes em termos de listas específicas de patologias, que está implementado através dos Programas SONHO e SINUS, e sabemos que, ao nível da gestão informatizada, estão concretizados, praticamente a nível nacional, cerca de 80% da informação e o mesmo em relação ao financiamento do sistema.

Sr^a Deputada Isabel Castro, hoje, ao nível da contratualização feita por cada uma das agências, sabemos perfeitamente que tipo de contratualização fazem, de que forma e a quem (se é ao público, se é ao privado, se é ao social), com que preços e com que números. Também sabemos que é possível, através de nova legislação, implementar um sistema remuneratório experimental, que está a ser feito, para os médicos de clínica geral.

Mas temos mais ao nível da gestão. Neste momento, está criada a possibilidade de termos os sistemas locais de saúde a funcionar, mais especificamente, e talvez mais a meu gosto pessoal, os centros de saúde de terceira geração e ainda os centros de responsabilidade integrada (CRI).

Ora bem, Sr^a Deputada, também gostaria de deixar-lhe uma mensagem. Estou muito de acordo com aquilo que disse e estou perante o dilema de quem está diante de um copo meio cheio e de um copo meio vazio. Há os que consideram que aquilo que fizemos para o esvaziar foi insuficiente, é verdade e dissemos-lo no discurso da Deputada Luísa Portugal! É verdade! Foi insuficiente! Mas já foi alguma coisa e foi muito mais do que aquilo que tinha sido feito antes! E há os que consideram que o copo está meio cheio, o que também é verdade, e temos de o esvaziar. Para isso, temos até 2003 um programa claro, preparado, apoiado e suportado com verbas financiadas, para podermos esvaziá-lo. Mais, temos uma lei aprovada pela Assembleia da República, que, naturalmente, não irá aprovar outra que se sobreponha à que existe.

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra a Sr^a Deputada Isabel Castro.

A Sr^a Isabel Castro (Os Verdes) — Sr. Presidente, Sr. Deputado Nelson Baltazar, utilizou a imagem do copo e deu-me uma informação que eu não tinha, isto é, disse que a informação, neste momento, é conhecida, o que complica, de algum modo, o meu raciocínio, porque, então, eu não diria que temos metade do copo cheio mas, sim, metade do copo vazio.

Se o atraso na informação justificasse o desperdício e a não utilização plena dos recursos, ou seja, se o Sr. Deputado tivesse dito que o Governo não tem um retrato fiel da situação — e, neste momento, tendo esse retrato fiel e esse diagnóstico, poderia saber melhor como agir —, eu diria que há dificuldade de caracterização. Agora, se diz que a caracterização está exacta, penso que a questão é mais complicada.

Em todo o caso, a iniciativa do PSD foi criticada por algumas bancadas, mas nós não o fazemos na mesma perspectiva. É evidente que o PSD apresenta esta iniciativa descartando-se das responsabilidades que tem, que omite com toda a elegância. Ora, o problema que se coloca é diferente: é que, se o PSD tem espaço para apresentar estas iniciativas, só o tem pela timidez, pelo carácter frrouxo e pela lentidão com que o Governo está a agir, porque se o Governo agisse de outro modo, o Partido Social Democrata não encontraria meio para apresentar uma iniciativa deste tipo e suscitar, num prazo tão curto, várias iniciativas sobre esta matéria.

Neste debate, querendo nós defender o Serviço Nacional de Saúde, pensamos ser importante o Partido Socialista perceber que o tempo é um recurso que tem limites, que é escasso.

O Sr Presidente — Informo os Srs Deputados que, ao abrigo de uma faculdade legal, o Partido Social Democrata requereu a votação, no fim do debate, deste projecto de lei.

A última inscrição é a do Sr. Deputado Carlos Encarnação. Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr Carlos Encarnaçāo (PSD) — Sr Presidente, Srs Deputados. Quero utilizar estes minutos para me dirigir essencialmente ao Sr. Deputado Francisco Louçā, por uma razão simples: como o Sr. Deputado não teria tempo para me responder, não lhe dirigi uma pergunta. Faço, pois, esta intervenção na certeza, porém, de que vou tentar responder a algumas das interrogações que colocou, e muito bem.

Em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo pela primeira afirmação que fez, que, do meu ponto de vista, foi correcta, em nome da democracia e desta Casa. A ausência do Governo neste debate é um ultraje para a Câmara e para mais ninguém. A ausência do Governo neste debate é uma falta de responsabilidade em relação ao assunto que se estava a tratar. A ausência do Governo neste debate é uma fuga às suas próprias responsabilidades em relação à gestão deste dossier. V Ex^a tinha inteira razão quando verberou a ausência do Governo. Não posso estar mais de acordo consigo!

Sobre a outra questão, a Sr^a Deputada do Partido Socialista que interveio estranhou que tivéssemos colocado uma afirmação no início do nosso projecto dizendo que é por um imperativo moral e ético que voltamos a apresentar este diploma. Vou passar a explicar.

É que foi, de facto, por um imperativo moral e ético que o apresentámos. E apresentaremos este projecto tantas vezes quantas as que forem necessárias, por uma razão simples: não estando o problema resolvido, não vendo nós

que o Governo dê a este problema a atenção devida, não estando previstos os elementos essenciais para resolver esta questão (eventualmente em peças legislativas aprovadas, em documentos aprovados pelo Governo ou em meras acções na via pública que o Governo anuncia), entendemos que o respeito que nos merecem os doentes portugueses faz com que um projecto desta natureza seja apresentado.

O Sr. Deputado Francisco Louçā disse que há outros projectos. Pois há! Mas o Sr. Deputado fará a bondade de verificar o teor do projecto do PSD re-apresentado e o teor do projecto apresentado e aprovado como lei e que está, nesta altura, em vigor. Um e outro não são iguais. O nosso projecto é muito mais ambicioso e não se limita apenas a denunciar a questão do Serviço Nacional de Saúde, antes pelo contrário. O nosso projecto destina-se a aproveitar todas as capacidades sobrantes do Serviço Nacional de Saúde e, mais, todas aquelas que o sector privado e social oferecem. E como? Estabelecendo protocolos, estabelecendo concursos públicos, em que todos possam entrar, devidamente fundamentados.

Portanto, o nosso projecto não é apenas o acompanhamento de uma iniciativa genérica do Governo, não é um programa de actuação.

E ainda hoje apresentámos uma outra iniciativa, que também é importante e que também não tem paralelo. É que não nos interessam apenas os números sobre listas de espera, interessa-nos que o Governo assuma perante a Assembleia da República a sua total responsabilidade e que venha aqui, com toda a clareza, anualmente, fazer um relatório sobre o estado da saúde, onde esteja tudo aquilo que é a suficiência ou a insuficiência do Serviço Nacional de Saúde, em relação aos seus meios, financiamento e a tudo o que está além dele e que é necessário para cumprir as finalidades da aplicação da saúde aos doentes portugueses.

Portanto, não só tem inteiro fundamento termos insistido no nosso projecto — não é o mesmo que está — como tem inteiro fundamento avançarmos com um novo projecto, que é uma nova iniciativa, que só pode dignificar a Assembleia, tentando fazer com que o Governo fique mais responsabilizado perante esta.

É por isso que não posso deixar de pensar que V Ex^a, Sr. Deputado Francisco Louçā, nos vai apoiar e vai aprovar o nosso projecto. Fazer o contrário seria combater a sua própria consciência do problema.

Aplausos do PSD

O Sr Presidente — Como o requerimento de votação do projecto de lei n.º 6/VIII no final do debate foi apresentado há pouco tempo, o Sr. Secretário da Mesa vai, entretanto, dar conta de um relatório e parecer da Comissão de Ética sobre substituição de Deputados.

O Sr Secretário (José Reis) — Sr Presidente e Srs Deputados, o relatório e parecer refere-se à retoma de mandato dos Srs Deputados Miranda Calha (PS) e José Daniel Campelo (CDS-PP), cessando o seu mandato os Srs Deputados Francisco Camilo (PS), em 15 de Janeiro corrente, inclusive, e José Meleiro Rodrigues (CDS-PP), em 18 de Janeiro corrente, inclusive.

O Sr Presidente — Srs Deputados, está em apreciação

Não havendo pedidos de palavra, vamos votar o parecer

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade

Não sei se os Srs Deputados consideram que já estamos em condições de proceder à votação do projecto de lei n.º 61/VIII, que foi requerida para o fim do debate ou se querem fazer um pequeno intervalo

O Sr Manuel Queiró (CDS-PP) — Peço ao Sr Presidente para aguardar uns instantes

O Sr Presidente — Srs Deputados vamos então aguardar alguns momentos

Pausa

Srs Deputados, estamos em condições de retomar os nossos trabalhos, procedendo à votação do projecto de lei n.º 61/VIII — Programa especial de combate às listas de espera, apresentado pelo PSD

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PSD, votos a favor do PSD e do CDS-PP e abstenções do PCP, de Os Verdes e do Bloco de Esquerda

Srs Deputados, terminámos os nossos trabalhos

A próxima reunião plenária realizar-se-á amanhã Do período de antes da ordem do dia constará o debate de urgência, requerido pelo Grupo Parlamentar do PCP, sobre prescrição do procedimento criminal e da ordem do dia constará a discussão conjunta da proposta de lei n.º 9/VIII — Alteração às Leis n.º 97/88, de 17 de Agosto, e 56/98, de 18 de Agosto, que aprovaram o financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais, e dos projectos de lei n.º 22/VIII — Financiamento da actividade dos partidos políticos e das campanhas eleitorais (PCP), 42/VII — Alteração do regime de financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais, apresentado pelo PSD, 69/VIII — Altera o regime de financiamento dos partidos políticos e coligações e das campanhas eleitorais (CDS-PP) e 71/VIII — Financiamento da actividade dos partidos políticos e das campanhas eleitorais (BE)

Srs. Deputados, está encerrada a sessão

Eram 17 horas e 55 minutos

Entraram durante a sessão os seguintes Srs Deputados

Partido Socialista (PS)

Aires Manuel Jacinto de Carvalho
Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho
João Macedo Lourenço
José Carlos Lourenço Tavares Pereira
Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge

Partido Social Democrata (PSD)

José Luís Fazenda Arnaut Duarte
Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida
Mário Patinha Antão
Pedro Augusto Cunha Pinto
Pedro Miguel de Azeredo Duarte
Pedro Miguel de Santana Lopes

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP)

José Augusto Meleiro Rodrigues
José Miguel Nunes Anacoreta Correia

Faltaram à sessão os seguintes Srs Deputados

Partido Socialista (PS)

António Bento da Silva Galamba
José Carlos Correia Mota de Andrade
José Carlos das Dores Zorrinho
José Eduardo Vera Cruz Jardim
Jovita de Fátima Romano Ladeira
Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves
Rosalina Maria Barbosa Martins
Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos

Partido Social Democrata (PSD)

Fernando Santos Pereira
Pedro Manuel Cruz Roseta

Partido Comunista Português (PCP)

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP)

Maria Celeste Ferreira Lopes Cardona

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL



Depósito legal n.º 8818685

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1099-002 Lisboa

1 — Preço de página para venda avulso 10\$00 (IV + incluído)

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa

3 — O texto final impresso deste *Diário* e da responsabilidade da Assembleia da República

PREÇO DESTE NÚMERO 280\$00 (IV INCLUIDO 5%)